Proposta da Administração da JBS S.A. (“Companhia ou JBS”) para apreciação dos acionistas da Companhia em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) a serem realizadas em 27.04.2012

Assembleia Geral Ordinária:

1. *Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2011.*

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2011, conforme divulgadas em 27.03.2012 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&F Bovespa”), através do Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais (IPE) e conforme publicadas no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no “O Estado de São Paulo” em 27.03.2012 (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17.12.09 (“ICVM 481/09”), as informações dispostas no **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. *Destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2011 e distribuição de dividendos.*

Informamos que não haverá destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social findo em 31.12.2011 em decorrência dos prejuízos verificados no referido exercício. Vide informações mais detalhadas no **Anexo II**, conforme Anexo 9-1-II da ICVM 481/09.

3. *Eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes.*

A acionista controladora da Companhia, FB Participações S.A., informou à Administração da Companhia que indicará os Srs.: (i) **Divino Aparecido dos Santos**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº 2.126.633, inscrito no CPF/MF sob o nº 333.235.181-87, residente e domiciliado na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Rua 1, 260, Edifício Porto Seguro, apto. 604, Bairro Cidade Jardim, CEP 75.080.690, tendo como seu suplente, **Sandro Domingues Raffai**, brasileiro, solteiro, maior, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.541.060, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 064.677.908-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguara, CEP 05116-090; (ii) **Florisvaldo Caetano de Oliveira**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 250.889, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.272.341-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Gomes Cardim, 128, apto. 12, CEP 05617-901, tendo como seu suplente, **Marcos Godoy Brogiato**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.469.921-0, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 949.583.438-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Isette Caiubi Ariane, 54, CEP 02914-100; e (iii) **Demetrius Nichele Macei**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.952.651-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 787.870.509-78, domiciliado na Rua Candido Lopes, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná na Rua Cândido Lopes, nº 128, 4º e 5º andar, CEP 80020-060, tendo como seu suplente, **Alexandre Seiji**

Yokaichiya, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 25.781.451-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 281.767.738-24, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins, 566, apto. 41.

O BNDES Participações S.A. (“**BNDESPAR**”) indicará uma pessoa para fazer parte do Conselho Fiscal da Companhia nos próximos dias.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da ICVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no **Anexo III** a esta proposta.

4. Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

Propomos que a remuneração máxima global anual dos administradores seja fixada no montante global de até R\$ 8.550.000,00 (oito milhões e quinhentos e cinquenta mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481/09, encontram-se dispostas no **Anexo IV** a esta proposta no qual constam as informações constantes no item 13 do Formulário de Referência previsto na Instrução CVM 481/09.

Por fim, no que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais). Os membros suplentes receberão remuneração apenas na ausência do respectivo membro efetivo.

Assembleia Geral Extraordinária:

1. Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a referendar o cancelamento das ações mantidas em tesouraria

A Administração da Companhia propõe que o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia seja alterado, para referendar e consignar o número de ações em que se divide o capital social, tendo em vista o cancelamento das 97.519.895 (noventa e sete milhões, quinhentas e dezenove mil e oitocentas e noventa e cinco) ações mantidas em tesouraria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 31 de janeiro de 2012. O capital social da Companhia, de R\$ 21.561.112.078,68 (vinte e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cento e doze mil, setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), passará a ser dividido em 2.963.924.296 (dois bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, novecentas e vinte e quatro mil e duzentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Detalhamos, nos **Anexos V(a) e V(b)** à presente, as alterações propostas ao Artigo 5º, em cumprimento ao artigo 11 da Instrução CVM 481/09.

2. Adaptação do Estatuto Social da Companhia ao novo Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado

Em cumprimento ao artigo 11 da Instrução CVM 481/09, detalhamos, nos **Anexos V(a) e V(b)** à presente, as alterações sugeridas ao Artigo 58, *caput* e seus parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social da Companhia para adaptá-los às novas regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA.

3. Alteração do parágrafo 3º do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, de forma a esclarecer e detalhar a forma de representação da Companhia

A Administração da Companhia propõe que seja alterado o parágrafo 3º do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia para esclarecer e detalhar a forma de representação da Companhia.

Detalhamos, nos **Anexos V(a) e V(b)** à presente, as alterações propostas ao parágrafo 3º do Artigo 20, em cumprimento ao artigo 11 da Instrução CVM 481/09.

4. Consolidação do Estatuto Social

A Administração da Companhia propõe a consolidação do Estatuto Social em decorrência das alterações propostas à AGE. A versão consolidada proposta pela Administração encontra-se no **Anexo VI** à presente.

As propostas acima, constantes do edital de convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, serão submetidas aos acionistas da Companhia em tais assembleias, a serem realizadas, cumulativamente, em primeira convocação, no dia 27.04.2012, às 9:00 hs, na sede da Companhia, localizada na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100.

São Paulo, 27 de março de 2012.

A Administração
JBS S.A.

ANEXO I

Data-Base: 31.12.2011

(conforme item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

A JBS é a maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, atuando nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, latas e produtos de higiene e limpeza. A Companhia está presente em todos os continentes, com plataformas de produção e escritórios no Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México, China, Rússia, entre outros países.

A Diretoria da Companhia acredita que, por meio de sua estratégia de diversificação aliada ao seu crescimento e a uma plataforma global de produção e distribuição, além do seu posicionamento como líder no mercado mundial de proteína animal, a JBS apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem.

O patrimônio líquido registrou um aumento de 15,5%, passando de R\$18.694,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$21.599,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do (i) aumento do capital social, no montante de R\$3.477,6 milhões, mediante a emissão de 493.972.715 ações ordinárias, ao preço de R\$7,04 (sete reais e quatro centavos); parcialmente compensado pelo (ii) aumento dos ajustes negativos acumulados de conversão em 12,4%, de R\$2.558,9 milhões negativos em 2010 para R\$2.877,0 milhões negativos em 2011; e pelo (iii) aumento do saldo de ações em tesouraria, em função da recompra de 22.433.595 ações, no montante de R\$125,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$5.288,2 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$13.584,0 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 62,9%, comparado a 59,4% em 31 de dezembro de 2010.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria prima, sendo que a aquisição de animais para abate representa uma importante parcela desta conta; (ii) obrigações fiscais, trabalhistas e sociais e (iii) pagamento de empréstimos e financiamentos.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir as suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, em base pro forma, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R\$3.058,0 milhões e o resultado financeiro líquido em base proforma, no mesmo período, foi de R\$1.707,7 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,8 vezes o resultado financeiro líquido no exercício em base pro forma. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$9.467,3 milhões, ou seja, 3,1 vezes o EBITDA em base pro forma no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009.

O EBITDA em base proforma no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, foi de R\$3.849,0 milhões e o resultado financeiro líquido em base proforma, no mesmo período, foi de R\$2.223,3 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,7 vezes o resultado financeiro líquido no exercício em base pro forma. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$11.500,9 milhões, ou seja, 3,0 vezes o EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010.

O EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, foi de R\$3.151,0 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$2.010,7 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 1,6 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composto por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$13.584,0 milhões, ou seja, 4,0 vezes o EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2011 e considerando a cotação do dólar do último dia do período.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. A Companhia também utiliza linhas de crédito de capital de giro de bancos privados e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, vide seção 7.8 do Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no país. Além disso, os Diretores acreditam que a principal subsidiária da Companhia, a JBS USA Holdings Inc. (“JBS USA”), também possui acesso aos principais bancos comerciais nos Estados Unidos, caso seja necessário, para fazer face a uma eventual indisponibilidade de recursos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Endividamento Bancário:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$18.872,2 milhões, sendo que R\$5.339,4 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$13.532,8 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o endividamento bancário foi de R\$15.183,4 milhões e R\$14.427,1 milhões, respectivamente, representando 60,4% e 58,3% do passivo circulante e não circulante, os quais, somados, totalizaram R\$25.140,8 milhões e R\$24.739,9 milhões nos mesmos períodos.

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a sua estrutura de capital para níveis os quais a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento futuro da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.11	31.12.10
Passivo Circulante			
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	2.216,1	1.403,6
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 10,25%	22,8	475,0
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	836,3	406,9
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	82,2	67,3
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	7,1	17,5
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 6,3% a 7,85%	36,6	0,4
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	-	5,4
PPC – México revolver	Libor, taxa base ou TIIE + taxa estabelecida	0,1	-
Tasman Government Loan	Variação cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	1,2	1,1
EXIM – fomento à exportação	Variação e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3,8
Resolução 63	Variação cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	10,9	25,2
		3.213,2	2.406,1
Em moeda nacional			

FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	81,0	54,5
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	0,2	4,2
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	48,5
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	-	0,2
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	1,7	2,7
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	3,0	2,2
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	225,9	387,6
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	92,5	101,3
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	153,5	168,9
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	6,3	15,6
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	2,3	-
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	17,5	-
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	11,8	-
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	23,3	21,1
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	6,1	-
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	2,3	0,1
PPC exit credit facility - revolving credit facility	Base+ taxa estabelecida	1,8	1,3
PPC - US term notes	Juros de 4,813% a 9,00%	42,9	110,5
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	0,2	2,0
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	3,6	0,7
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	264,1	141,7
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	133,5	102,4
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	28,3	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	796,7	1.234,9
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,4	1,4
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4,2	5,0
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	17,2	50,7
EGF	Juros de 6,75%	30,4	25,9

Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	108,1	76,6
Finep	Juros de 4,5%	-	-
Outros		66,6	-
		<u>2.126,2</u>	<u>2.560,1</u>
		<u>5.339,4</u>	<u>4.966,2</u>

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.11	31.12.10
Em moeda estrangeira		-	-
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial mais juros de 2,54% a 5,18%	-	289,9
Euro Bonds	Varição cambial e juros de 10,25%	844,1	749,8
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 0,7% a 6%	894,8	907,8
144-A	Varição cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.238,6	1.984,7
Nota de Crédito - Importação	Varição cambial e juros de 11,25%	-	6,7
Nota de Crédito - Exportação	Varição cambial e juros de 6,3% a 7,85%	15,9	46,3
Tasman Government Loan	Varição cambial e Juros de 0% até o ano de 2013	22,9	6,0
Resolução 63	Varição cambial e juros de 2,5% + Libor 6 meses	-	9,5
		<u>4.016,4</u>	<u>4.000,7</u>
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,26% a 8,5%	133,1	99,8
FINAME	Juros de 4,5% a 10%	1,2	7,4
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	-	63,7
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	-	0,1

Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	12,4	12,6
JBS Mortgage	Juros de 5,75% a 8,35%	31,8	30,9
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	83,3	247,9
EXIM - fomento à exportação	Juros de 7% a 11,19%	-	92,1
BNDES automático	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	33,8	195,5
BNDES automático	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	4,3	-
US revolver	Libor ou Prime e taxa estabelecida	50,5	-
JBS Term Loan	Alternate Base Rate (ABR) ou Eurodolar	865,5	-
Five Rivers term loan	Libor + juros de 2,75%	144,6	-
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	1.265,4	1.100,7
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	1.182,2	-
PPC - US Senior note com vencimento em 2018	Juros de 7,875%	914,0	788,9
PPC exit credit facility - revolving credit facility	Base+ taxa estabelecida	631,4	342,1
PPC - US term notes	Juros de 4,813% a 9,00%	1.022,1	936,7
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	7,3	-
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	26,1	26,0
Marshalltown	Juros de 2,34%	17,9	-
Capital de Giro - Reais	Juros 11,25% ou 100% a 114,4% do CDI	1.842,2	571,6
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	32,2	14,4
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	2,1	-
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 14% ou 100% a 125% do CDI	1.171,5	1.647,1
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,7	3,0
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	20,6	24,6
Capital de Giro - Libras Egípcias	Libor + Juros de 2% e 0,1% de comissão	-	6,0
Finep	Juros de 4,5%	11,7	-
Outros		7,5	5,3
		9.516,4	6.216,5
		13.532,8	10.217,2

Desmembramento:		
Passivo circulante	5.339,4	4.966,2
Passivo não circulante	13.532,8	10.217,2
	<u>18.872,2</u>	<u>15.183,4</u>

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$18.872,2 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2011:

<u>O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:</u>	Fluxo de Amortização data-base 31 de dezembro de 2011 (em milhões de R\$)	AV%
Curto Prazo	5.339,4	28,3%
2011	5.339,4	28,3%
Longo Prazo	13.533,0	71,7%
2012	-	0,0%
2013	1.949,3	10,3%
2014	4.136,9	21,9%
2015	980,3	5,2%
2016	1.572,7	8,3%
2017	199,3	1,1%
2018	3.449,6	18,3%
2019	4,1	0,0%
2020	1,9	0,0%
2021	1.182,3	6,3%
Vencimento após 2021	56,1	0,3%
Total	18.872,2	100,0%

Os empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo cumpridas. Para uma descrição dessas restrições contratuais, vide item 7.8 do Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.10	31.12.09
Em moeda estrangeira			
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	-	0,8
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	1.581,1	1.515,5
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	460,7	6,6
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	406,9	455,6
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	81,6	38,2
Empréstimo Estrangeiro c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	-	87,4
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	17,5	26,0
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	5,4	33,7
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	3,8	12,3
		2.556,9	2.176,0
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	54,5	82,1
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	-	24,7
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	4,2	8,5
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	48,5	101,8
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	101,6	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	2,7	1,6
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	2,2	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	403,3	159,9
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	-	320,6
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	-	72,6
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	-	1,6
USD Bonds	Variação cambial e juros de 11,625%	21,1	21,6
PPC - US revolver	Juros de 4,875% à 6,75%	1,4	1,9
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	110,5	161,5
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	-	72,0
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	2,0	2,0
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	0,7	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	141,7	3,4
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	113,4	46,4
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	225,1	227,4
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	1.235,3	1.010,3
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	1,1	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1,4	1,4
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	5,0	6,8
Capital de Giro Agrícola	TR e Juros de 10,50%	-	75,7
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	127,3	534,2
EGF	Juros de 6,75%	25,9	8,2

Outros	Juros de 6,75% (pré-fixado)	5,6	1,0
		2.634,3	2.947,1
		<u>5.191,2</u>	<u>5.123,1</u>

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.12.10	31.12.09
Em moeda estrangeira			
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	-	0,2
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 8,90%	495,0	245,1
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	-	478,8
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,3%	907,8	1.065,6
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	2.567,9	1.131,8
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	6,7	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	166,6	174,1
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3,5
		<u>4.143,9</u>	<u>3.099,1</u>
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 3,08%	99,8	132,8
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,30 a 3,73%	-	180,9
FINAME	Juros de 6,83% a 11,2%	7,4	17,1
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	63,7	440,6
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	92,1	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	12,6	14,6
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	30,9	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	247,9	9,5
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	-	6,1
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	-	313,4
USD Bonds	Variação cambial e juros de 11,625%	1.112,4	1.145,5
PPC - US revolver	Juros de 4,875% à 6,75%	1.169,2	172,3
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	957,4	1.840,9
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	6,5	6,8
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	26,0	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	571,6	11,6
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	-	-
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	79,3	83,4
NCE/COMPROR	Juros de 113,9% a 120,00% do CDI	1.693,4	1.735,0
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	6,0	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	3,0	4,4
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	24,6	27,9
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	20,4	62,1
Outros	Juros de 6,75% a.a (pré-fixado)	5,3	0,1
		<u>6.229,6</u>	<u>6.204,9</u>

	<u>10.373,5</u>	<u>9.304,0</u>
Desmembramento:		
Passivo circulante	5.191,2	5.123,1
Passivo não circulante	<u>10.373,5</u>	<u>9.304,0</u>
	<u>15.564,7</u>	<u>14.427,1</u>

Os empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo cumpridas. Para uma descrição dessas restrições contratuais, vide item 7.8 do Formulário de Referência.

Os Diretores acreditam que os recursos disponíveis para a Companhia em 31 de dezembro de 2011 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

Contratos Financeiros

Na data do Formulário de Referência estão em vigor os contratos financeiros descritos na seção 7.8, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Obrigações Contratuais

Débito com terceiros para investimentos

A conta de débito com terceiros para investimentos corresponde a um total de R\$12,6 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2011. Esse valor refere-se a débitos remanescentes da aquisição de ativos operacionais e de empresas. O valor de R\$7,3 milhões refere-se a débitos remanescentes da aquisição da unidade frigorífica de Pimenta Bueno, com quitação no decorrer do exercício de 2012. Além disso, em maio de 2009, a Companhia formalizou um contrato de compra e venda de imóveis com C. Sola Participações e Representações S/A, referente à aquisição do complexo industrial de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, no montante de R\$16,8 milhões, sendo que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia tem a pagar no passivo circulante o saldo remanescente de R\$3,3 milhões e no passivo não circulante de R\$2,0 milhões.

Restrições Contratuais

As restrições constantes das obrigações tomadas pela Companhia estão descritas na seção 7.8 deste Formulário de Referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável aos contratos firmados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Descrição das principais linhas contábeis

Receitas Líquidas de Vendas (receita após as deduções correspondentes a devoluções, descontos e impostos incidentes sobre a venda)

As receitas consistem principalmente de:

Receitas provenientes da venda de carne bovina in natura e processada das operações da JBS. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura e congelada, carne de carneiro e ovelhas, incluindo cortes tradicionais, cortes especiais e miúdos (partes internas do boi, incluindo o cérebro, coração, rins, fígado, língua e tripa) e (2) produtos processados, incluindo congelados cozidos ou pré-cozidos de carne, carne seca, carne em cubos, hambúrgueres e salsichas nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS na América do Sul, nos Estados Unidos e Austrália.

Receitas provenientes da venda de carne suína in natura e processada das operações da JBS nos Estados Unidos. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura suína, incluindo cortes como lombos, assados, costeletas e costelas, e (2) outros produtos suínos, incluindo presuntos e outros embutidos, predominantemente para outros processadores, os quais, por sua vez, produzem lingüiça, bacon, salsicha, entre outros nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS nos Estados Unidos.

Receitas provenientes da venda da carne de frango in natura e processada das operações da JBS nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Com a aquisição da Pilgrim's Pride Corporation ("Pilgrim's Pride"), a JBS ingressou em novos mercados, e, a partir de 2010, a Companhia obteve receitas provenientes dos mercados doméstico e internacional das operações da JBS nos Estados Unidos, México e Porto Rico pela venda de (1) frango in natura, incluindo cortes e peças inteiras de frango congelado e frangos pré-embalados e (2) outros produtos de frango, incluindo filé de peito porcionado congelado, lombos, tiras, nuggets e hambúrgueres, além de partes do frango com osso.

Receitas provenientes da venda de outros produtos. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes para a produção de couros, além da venda milho, ervilhas e seletas de vegetais em conserva. Em consequência da incorporação das ações da Bertin S.A. ("Bertin") pela JBS, a JBS ingressou em novos mercados e, a partir de 2010, a Companhia obteve receita de vendas de laticínios, produtos de limpeza e higiene, ração animal e biodiesel.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em gastos na aquisição de matéria-prima, sendo a principal delas o gasto com a compra de animais para abate. Além disso, outros principais custos correspondem a custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e mão de obra.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais consistem principalmente em:

Despesas administrativas e gerais. Correspondem, em suma, a gastos com pessoal, bem como com os administradores.

Despesas com vendas

Correspondem a gastos com publicidade, com equipe de vendas e comissões aos respectivos vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado financeiro líquido

Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Ganho em Compra Vantajosa: Quando uma aquisição ocorre, as regras contábeis determinam que o adquirente compare o valor justo considerado com o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Se o valor considerado exceder o valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis e dos ativos intangíveis, então o ágio é registrado. Entretanto, se o valor justo estimado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos exceder o preço de compra e o valor justo da participação dos acionistas não controladores, então o excedente é reconhecido como “Ganho em Compra Vantajosa”. A ASC 805, Broad Transactions-Business Combinations (Literatura autorizada prévia: SFAS No. 141) requer a mensuração de ajustes contábeis do período de compra a serem registrados retroativamente a data da aquisição. Isso é consistente com o que dita a IFRS 3.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes

nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

Ativo biológico

Empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado ao valor justo, demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

Ativos e passivos contingentes

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2011		2010		2011/2010
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	64.238,8	104,0%	56.758,5	103,7%	13,2%
Mercado interno	48.578,5	78,6%	41.984,7	76,7%	15,7%
Mercado externo	15.660,3	25,3%	14.773,8	27,0%	6,0%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(2.442,1)	-4,0%	(2.045,6)	-3,7%	19,4%

Devoluções e descontos	(1.230,1)	-2,0%	(1.021,3)	-1,9%	20,4%
Impostos sobre as vendas	(1.212,0)	-2,0%	(1.024,3)	-1,9%	18,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61.796,8	100,0%	54.712,8	100,0%	12,9%
Custo dos produtos vendidos	(55.100,2)	-89,2%	(47.994,8)	-87,7%	14,8%
LUCRO BRUTO	6.696,6	10,8%	6.718,0	12,3%	-0,3%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	6.696,6	10,8%	6.718,0	12,3%	-0,3%
Administrativas e gerais	(1.739,2)	-2,8%	(1.641,0)	-3,0%	6,0%
Com vendas	(3.144,1)	-5,1%	(2.627,2)	-4,8%	19,7%
Resultado financeiro líquido	(2.010,7)	-3,3%	(2.223,0)	-4,1%	-9,6%
Outras receitas	(32,7)	-0,1%	(168,3)	-0,3%	-80,5%
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(230,1)	-0,4%	58,6	0,1%	-492,7%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(520,7)	-0,8%	(358,8)	-0,7%	45,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos Total	427,9	0,7%	33,3	0,1%	1185,0%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(322,9)	-0,5%	(266,9)	-0,5%	21,0%
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	(75,7)	-0,1%	(292,8)	-0,5%	-74,1%
Participação dos acionistas não controladores	(247,2)	-0,4%	38,2	0,1%	-747,1%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011

Receita Operacional Bruta de Vendas

A receita operacional bruta aumentou em 13,2%, passando de R\$56.758,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$64.238,8 milhões no exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2011. A receita de vendas do mercado interno aumentou 15,7%, passando de R\$41.984,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$48.578,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A receita operacional bruta de vendas do mercado externo aumentou 6,0%, passando de R\$14.773,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$15.660,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 19,4% em 2011, passando de R\$2.045,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.442,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, como consequência de (i) aumento de 20,4% nas devoluções e descontos e (ii) aumento de 18,3% nos impostos sobre as vendas. Como percentual da receita líquida operacional, as deduções de vendas passaram de 3,7% em 2010 para 4,0% em 2011.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 12,9%, passando de R\$54.712,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$61.796,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente ao (i) aumento do volume de vendas nas principais unidades de negócio e (ii) aumento da demanda e dos preços médios de venda.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Bovina aumentou de R\$34.654,5 milhões em 2010 para R\$39.681,9 milhões em 2011, em decorrência principalmente do: (1) aumento de 3,8% do volume de vendas nas operações da JBS USA, que passaram de 4.421,1 mil toneladas de carne vendida em 2010 para 4.591,1 mil toneladas em 2011; (2) aumento de 12,2% no preço médio do quilo de carne bovina vendido pela JBS USA, que passou de R\$5,20 por quilo em 2010 para R\$5,90 em 2011; (3) aumento de 16,0% no preço médio do quilo de carne bovina vendido na divisão Mercosul, o qual passou de R\$6,68 por quilo em 2010 para R\$7,75 por quilo em 2011; (4) parcialmente compensado pela queda de 2,1% no volume de carne in natura e pela queda de 19,8% no volume de produtos industrializados no Mercosul, os quais passaram de 1.471,8 mil toneladas em 2010 para 1.440,4 mil toneladas em 2011 e 261,7 mil toneladas em 2010 para 209,9 mil toneladas em 2011, respectivamente.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína obteve um aumento de 11,8%, de R\$5.204,2 milhões em 2010 para R\$5.816,5 milhões em 2011, devido principalmente ao (1) aumento em 17,9% do preço médio do quilo de carne suína vendido, que passou de R\$3,50 por quilo em 2010 para R\$4,10 por quilo em 2011, sendo parcialmente compensado pela (2) redução de 5,2% no volume vendido de carne suína, que passou de 1.499,7 mil toneladas em 2010 para 1.421,9 mil toneladas em 2011.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de Frango obteve um aumento de 4,3%, de

R\$12.051,5 milhões em 2010 para R\$12.566,2 milhões em 2011, devido principalmente ao aumento do volume vendido.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Outros aumentou em 33,2%, de R\$2.802,7 milhões em 2010 para R\$3.732,2 milhões em 2011, principalmente devido ao aumento de 32,8% do preço médio dos produtos provenientes das divisões de lácteos, couro, higiene e limpeza, entre outras, que passou de uma média de R\$2,72 por quilo em 2010 para R\$3,61 por quilo em 2011.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 14,8%, passando de R\$47.994,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$55.100,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Este aumento deve-se principalmente ao aumento no volume de vendas, conforme explicado no item acima, e à adversidade enfrentada pela indústria de frango nos Estados Unidos, que operou com excesso de produção e elevados níveis de estoque, o que resultou na inabilidade do repasse dos custos de produção nos preços de vendas. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 87,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 89,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o que representa um aumento de 1,4 pontos percentuais.

Lucro Bruto

O lucro bruto teve uma redução de 0,3%, passando de R\$6.718,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$6.696,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, devido às variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos durante o ano de 2010, originando uma margem bruta de 10,8% em 2011 frente a uma margem bruta de 12,3% em 2010.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 6,0%, passando de R\$1.641,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.739,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente principalmente da elevação de 312,3% dos gastos com aluguéis, que passou de R\$63,3 milhões em 2010 para R\$261,1 milhões em 2011. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 3,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 2,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, uma redução de 0,2 pontos percentuais.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 19,7%, passando de R\$2.627,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.144,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente, principalmente, da elevação do volume de vendas nas principais unidades de negócio, especialmente na JBS USA. Como percentual da receita

operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 4,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 5,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0,3 pontos percentuais.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas tiveram uma redução de 9,6%, passando de R\$2.223,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.010,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente (i) do pagamento do prêmio de R\$521,9 milhões aos detentores das debêntures do BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”) durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo este pagamento extraordinário, não se repetindo em 2011; (ii) redução de 81,3% das despesas financeiras com derivativos, que passaram de R\$738,3 milhões em 2010 para R\$138,3 milhões em 2011; e (iii) aumento de 38,7% das receitas financeiras com juros ativos, que passaram de R\$ 335,5 milhões em 2010 para R\$465,2 milhões em 2011; e (iv) parcialmente compensado pelo aumento de 24,3% no endividamento bruto da Companhia. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 4,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 3,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, uma diminuição de 0,8 pontos percentuais.

Outras Receitas (Despesas)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia acumulou Outras Despesas no valor de R\$32,7 milhões referentes (i) a gastos com indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose da JBS Argentina, no montante de R\$10,4 milhões; (ii) ganho em compra vantajosa, por meio de aquisição de investidas em combinação de negócios e gastos de reorganização e reestruturação na JBS USA no montante de R\$ 68,6 milhões e (iii) Outras receitas no montante de R\$46,3 milhões referente a resultado na venda de ativos imobilizados.

Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Devido às variações das contas acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social decresceu, passando de R\$58,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$230,1 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 0,4% negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre do Período

O montante de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentou em 45,1%, passando de R\$358,8 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$520,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 0,7% no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 0,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0,1 pontos percentuais.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou de R\$ 33,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$427,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

Pelos motivos expostos acima, o resultado do período passou de um prejuízo líquido de R\$266,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para um prejuízo líquido de R\$322,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo líquido do exercício representou 0,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuído a Participação dos Acionistas Controladores

Como reflexo do exposto acima, o Lucro Líquido da JBS atribuído à participação dos acionistas controladores passou de um prejuízo de R\$292,8 milhões em 2010 para um prejuízo de R\$75,7 milhões em 2011.

Balancos patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhões de reais)

	2011		2010		2011/2010 AH%
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5.288,2	11,2%	4.074,6	9,3%	29,8%
Contas a receber de clientes	4.679,8	9,9%	4.036,1	9,2%	15,9%
Estoques	5.405,7	11,4%	4.476,9	10,2%	20,7%
Ativos Biológicos	209,5	0,4%	417,0	1,0%	-49,8%
Impostos a recuperar	1.690,3	3,6%	1.419,8	3,2%	19,1%
Despesas antecipadas	131,0	0,3%	107,8	0,2%	21,5%
Outros investimentos e operação descontinuada	0,0	0,0%	504,0	1,1%	-100,0%
Outros ativos circulantes	526,6	1,1%	351,8	0,8%	49,7%
TOTAL DO CIRCULANTE	17.931,1	37,8%	15.388,1	35,1%	16,5%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	552,2	1,2%	332,7	0,8%	66,0%
Depósitos, cauções e outros	389,9	0,8%	448,9	1,0%	-13,1%
Impostos a recuperar					
	626,1	1,3%	616,3	1,4%	1,6%
Total do Realizável a Longo Prazo	1.568,3	3,3%	1.397,9	3,2%	12,2%
Investimentos em controladas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Imobilizado	15.378,7	32,4%	14.624,2	33,4%	5,2%
Intangível	12.532,6	26,4%	12.425,5	28,3%	0,9%

TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	<u>29.479,6</u>	62,2%	<u>28.447,6</u>	64,9%	3,6%
TOTAL DO ATIVO	<u>47.410,9</u>	100,0%	<u>43.835,6</u>	100,0%	8,2%
	2011		2010		2011/2010
PASSIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Fornecedores	3.323,9	7,0%	2.962,4	6,8%	12,2%
Empréstimos e financiamentos	5.339,4	11,3%	4.966,2	11,3%	7,5%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	211,5	0,4%	14,3	0,0%	1379,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.167,2	2,5%	1.095,7	2,5%	6,5%
Débito com terceiros para investimentos	10,6	0,0%	45,7	0,1%	-76,8%
Outros passivos circulantes	343,1	0,7%	332,2	0,8%	3,3%
TOTAL DO CIRCULANTE	<u>10.395,7</u>	21,9%	<u>9.416,5</u>	21,5%	10,4%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13.532,8	28,5%	10.217,2	23,3%	32,5%
Debêntures conversíveis	1,3	0,0%	3.462,2	7,9%	-100,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	683,8	1,4%	317,6	0,7%	115,3%
Débito com terceiros para investimentos	2,0	0,0%	5,1	0,0%	-60,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	678,4	1,4%	1.003,1	2,3%	-32,4%
Provisão para riscos processuais	251,6	0,5%	321,7	0,7%	-21,8%
Débitos com empresas ligadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Outros passivos não circulantes	266,2	0,6%	397,4	0,9%	-33,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	<u>15.416,0</u>	32,5%	<u>15.724,3</u>	35,9%	-2,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.506,2	45,4%	18.046,1	41,2%	19,2%
Transações de capital	-10,2	0,0%	-9,9	0,0%	3,0%
Reserva de capital	985,9	2,1%	985,9	2,2%	0,0%
Reserva de reavaliação	101,6	0,2%	106,8	0,2%	-4,9%
Reservas de lucros	1.440,8	3,0%	1.511,2	3,4%	-4,7%
Ações em tesouraria	-610,6	-1,3%	-485,2	-1,1%	25,8%
Ajustes de avaliação patrimonial	127,1	0,3%	-1,7	0,0%	-7576,5%
Ajustes acumulados de conversão	-2.877,0	-6,1%	-2.558,9	-5,8%	12,4%
Atribuído à participação dos acionistas controladores	<u>20.663,8</u>	43,6%	<u>17.594,3</u>	40,1%	17,4%
Participação dos acionistas não controladores	935,4	2,0%	1.100,5	2,5%	-15,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>21.599,2</u>	45,6%	<u>18.694,8</u>	42,6%	15,5%
TOTAL DO PASSIVO	<u>47.410,9</u>	100,0%	<u>43.835,6</u>	100,0%	8,2%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2011

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 16,5%, passando de R\$15.388,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$17.931,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- aumento de 29,8% nas disponibilidades, de R\$4.074,6 milhões em 2010 para R\$5.288,2 milhões em 2011, em decorrência principalmente do aumento da captação por meio de empréstimos e financiamentos;
- aumento de 15,9% em contas a receber de clientes, de R\$4.036,1 milhões em 2010 para R\$4.679,8 milhões em 2011, decorrente principalmente do crescimento da receita bruta de vendas de produtos no mercado externo (exportações), aumentando assim o prazo médio de recebimento;

- (c) aumento de 20,7% em estoques, de R\$4.476,9 milhões em 2010 para R\$5.405,7 milhões em 2011, decorrente principalmente do aumento do volume de produção e vendas das principais unidades de negócio; e
- (d) aumento de 19,1% em impostos a recuperar, de R\$1.419,8 milhões em 2010 para R\$1.690,3 milhões em 2011.
- (e) redução da totalidade dos outros investimentos e operações descontinuadas, como consequência da assinatura de um “Termination Agreement” (“Distrato”) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, pondo fim a sua participação de 50% da Companhia no capital da Inalca JBS. De acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou Euros 218,9 milhões (R\$ 504,0 milhões) investidos pela Companhia em 2008.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 3,6%, passando de R\$28.447,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$29.479,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- (a) aumento de 12,2% no total realizável a longo prazo, passando de R\$1.397,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.568,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente do aumento de 66,0% em créditos com empresas ligadas, passando de R\$332,7 milhões em 2010 para R\$552,2 milhões em 2011;
- (b) aumento de 5,2% do imobilizado, de R\$14.624,2 milhões em 2010 para R\$15.378,7 milhões em 2011; e
- (c) aumento de 0,9% do intangível, passando de R\$12.425,5 milhões em 2010 para R\$12.532,6 milhões em 2011.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 10,4%, passando de R\$9.416,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$10.395,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- (a) aumento de 12,2% em fornecedores, de R\$2.962,4 milhões em 2010 para R\$3.323,9 milhões em 2011;
- (b) aumento de 7,5% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$4.966,2 milhões em 2010 para R\$5.339,4 milhões em 2011;
- (c) aumento de 1.379,0% em imposto de renda e contribuição social a pagar, de R\$14,3 milhões em 2010 para R\$211,5 milhões em 2011;
- (d) aumento de 3,5% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R\$1.095,7 milhões em 2010 para R\$1.167,2 milhões em 2011; e
- (e) redução de 76,8% dos débitos com terceiros para investimentos, de R\$45,7 milhões em 2010 para R\$10,6 milhões em 2011.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante decresceu 2,0%, passando de R\$15.724,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$15.416,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- (a) aumento de 32,5% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$10.217,2 milhões em 2010 para R\$13.532,8 milhões em 2011;
- (b) aumento de 115,3% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, passando de R\$317,6 milhões em 2010 para R\$683,8 milhões em 2011;
- (c) redução de 60,8% dos débitos com terceiros para investimento, de R\$5,1 milhões em 2010 para R\$2,0 milhões em 2011;
- (d) redução de 32,4% em imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$1.003,1 milhões em 2010 para R\$678,4 milhões em 2011; e
- (e) redução de 21,8% em provisões para riscos processuais, de R\$321,7 milhões em 2010 para R\$251,6 milhões em 2011.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 15,5%, passando de R\$18.694,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$21.599,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente do:

- (a) aumento do capital social, no montante de R\$3.477,6 milhões, mediante a emissão de 493.972.715 ações ordinárias, ao preço de R\$7,04 (sete reais e quatro centavos) por meio (A) da utilização dos créditos das debêntures feita pelo principal debenturista, a BNDESPAR, no total de R\$3.447,5 milhões e subscrição e integralização de 493.967.305 ações e (B) do exercício do direito de preferência na subscrição dos acionistas minoritários no total de R\$38 mil e subscrição e integralização de 5.410 ações. Foi reconhecido o aumento de capital, no montante de R\$ 3.477,6 milhões, reduzido pelos gastos com emissão das debêntures no valor de R\$17,4 milhões, com efeito líquido de R\$ 3.460,2 milhões; parcialmente compensado pelo
- (b) aumento dos ajustes negativos acumulados de conversão em 12,4%, de R\$2.558,9 milhões negativos em 2010 para R\$2.877,0 milhões negativos em 2011; e
- (c) pelo aumento do saldo de ações em tesouraria, em função da recompra de 22.433.595 ações, no montante de R\$125,4 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
(em milhões de reais)	2010		2009		2010/2009
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	57.107,1	103,7%	35.789,2	102,6%	59,6%
Mercado interno	42.267,4	77,0%	27.091,6	79,0%	56,0%
Mercado externo	14.839,6	27,0%	8.697,6	23,6%	70,6%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(2.051,3)	-3,7%	(883,7)	-2,6%	132,1%
Devoluções e descontos	(1.027,0)	-1,9%	(395,5)	-1,2%	159,7%
Impostos sobre as vendas	(1.024,3)	-1,9%	(488,2)	-1,4%	109,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55.055,8	100,0%	34.905,6	100,0%	57,7%
Custo dos produtos vendidos	(48.296,8)	-87,7%	(31.765,9)	-90,7%	52,0%
LUCRO BRUTO	6.759,0	12,3%	3.139,6	9,3%	115,3%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(6.692,7)	-12,2%	(2.737,3)	-8,3%	144,5%
Administrativas e gerais	(1.650,1)	-3,0%	(705,6)	-2,1%	133,9%
Com vendas	(2.644,3)	-4,8%	(1.645,9)	-4,6%	60,7%
Resultado financeiro líquido	(2.220,2)	-4,0%	(579,0)	-1,8%	283,5%
Despesas não recorrentes	(234,0)	-0,4%	-	-	-
Ganho em compra vantajosa	(9,5)	0,0%	185,2	-	-
Outras receitas	65,3	0,1%	7,9	0,0%	723,6%
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66,3	0,1%	402,3	1,0%	-83,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício		-0,7%	(49,7)	-0,1%	627,1%

	(361,6)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31,3	0,1%	(132,5)	-0,5%	-
Total	(330,3)	-0,6%	(182,2)	-0,5%	81,3%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(264,0)	-0,4%	220,1	0,4%	-
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores	(302,7)	0,6%	220,7	0,4%	-
Participação dos acionistas não controladores	38,7	0,1%	(0,6)	0,0%	-

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010

Receita Operacional Bruta de Vendas

A receita operacional bruta aumentou em 59,6%, passando de R\$35.789,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$57.107,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente a: (i) incorporação das ações da Bertin e aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009, cujos resultados passaram a configurar a demonstração de resultado da Companhia durante todo o exercício de 2010 e (ii) o aumento do volume de produção e vendas da Companhia e (iii) aumento dos preços médios de venda. A receita de vendas do mercado interno aumentou 56,0%, passando de R\$27.091,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$42.267,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A receita de vendas do mercado externo aumentou 70,6%, passando de R\$8.697,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$14.839,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 132,1% em 2010, passando de R\$883,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.051,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, como consequência do aumento do faturamento bruto, em função da incorporação das ações da Bertin e aquisição da Pilgrim's Pride. Como percentual da receita líquida operacional, as deduções de vendas passaram de 2,6% em 2009 para 3,7% em 2010.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 57,7%, passando de R\$34.905,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$55.055,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente a: (i) incorporação das ações da Bertin e aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009, cujos resultados passaram a configurar a demonstração de resultado da Companhia durante todo o exercício de 2010, (ii) o aumento do volume de vendas nas operações e (iii) aumento da demanda e dos preços médios de venda.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Bovina aumentou de R\$30.290,1 milhões em 2009 para R\$34.997,5 milhões em 2010, em decorrência principalmente do: (1) aumento de 58,2% do volume de vendas da divisão Carne Bovina América do Sul, passando de 1.095,7 mil toneladas em 2009 para 1.733,5 mil toneladas em 2010; (2) aumento de 14,4% no preço médio de venda da divisão Carne Bovina América do Sul, de R\$5,70 por quilograma em 2009 para R\$6,52 por quilograma em 2010; (3) um aumento de 4,8% no volume de vendas da divisão de Carne Bovina Estados Unidos/ Austrália, de 4.219,6 mil toneladas em 2009 para 4.421,1 mil toneladas em 2010, o qual foi parcialmente compensado por um decréscimo de 1,9% no preço médio de venda da divisão Carne Bovina Estados Unidos/ Austrália, de R\$5,32 o quilograma em 2009 para R\$5,22 o quilograma em 2010, refletindo a apreciação de 4,5% do real frente ao dólar e (4) um decréscimo de 60,9% na receita líquida proveniente da divisão de Carne Bovina Itália, passando de R\$1.595,0 em 2009 para R\$624,3 em 2010, principalmente em função de apenas o resultado do primeiro trimestre ter sido considerado na consolidação das informações financeiras, devido aos entraves judiciais entre a Companhia e sua subsidiária Inalca JBS.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Carne Suína obteve um aumento de 16,0%, de R\$4.485,7 milhões em 2009 para R\$5.204,2 milhões em 2010, devido principalmente ao aumento de 12,0% no volume de vendas, de 1.339,2 mil toneladas em 2009 para 1.499,7 mil toneladas em 2010. O preço médio de venda aumentou em 3,6%, de R\$3,35 por quilograma em 2009 para R\$3,47 por quilograma em 2010, sendo parcialmente compensado por uma apreciação de 4,5% do real frente ao dólar.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de Frango em 2010 foi de R\$12.051,5 milhões, refletindo a aquisição da Pilgrim's Pride, ocorrida ao final do ano de 2009 tendo seus resultados integralmente consolidados às demonstrações financeiras da JBS no ano de 2010.

A receita líquida de vendas proveniente do segmento Outros aumentou em 2.060,9%, de R\$129,7 milhões em 2009 para R\$2.802,7 milhões em 2010, principalmente devido à (1) um aumento de 144,9% no volume de vendas, de 421,2 mil toneladas em 2009 para 1.031,6 mil toneladas em 2010 e (2) um aumento nos preços médios de vendas de 782,3%, de R\$0,31 por quilograma em 2009 para R\$2,72 por quilograma em 2010, em função da adição das divisões de lácteos, couro, higiene e limpeza e biodiesel como consequência incorporação das ações da Bertin.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 52,0%, passando de R\$31.765,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$48.296,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Este aumento deve-se principalmente a (i) incorporação das ações da Bertin e a aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009 e (ii) ao aumento do volume de produção consolidado. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos

vendidos passou de 90,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 87,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representa uma diminuição de 3,0 pontos percentuais.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 115,3%, passando de R\$3.139,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$6.759,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente à incorporação das ações da Bertin e a aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009 e também às variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos durante o ano de 2010, originando uma margem bruta de 12,3% em 2010 ante a uma margem bruta de 9,3% em 2009.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 133,9%, passando de R\$705,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.650,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esses aumentos são decorrentes, principalmente, incorporação das ações da Bertin e a aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 2,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 3,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 0,9 pontos percentuais.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 60,7%, passando de R\$1.645,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.644,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento é decorrente, principalmente, incorporação das ações da Bertin e aquisição da Pilgrim's Pride, ambas no final do ano de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 4,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 4,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 0,2 pontos percentuais.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido teve um aumento de 283,5%, passando de R\$579,0 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$2.220,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em decorrência do aumento de 7,9% no endividamento bruto da Companhia e do pagamento do prêmio de R\$521,9 milhões aos detentores das debêntures do BNDESPAR. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 4,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 2,2 pontos percentuais.

Despesas não Recorrentes

O resultado de despesas não recorrentes foi de R\$234,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e refere-se a (i) gastos com reorganização e reestruturação devido incorporação das ações da Bertin pela Companhia; (ii) doações para campanhas eleitorais a partidos políticos nas eleições de 2010; (iii) provisão para perda de investimento na controlada Inalca JBS em decorrência do distrato firmado em 4 de março de 2011; (iv) gastos da JBS Argentina com reorganização e impairment de ágio, além de pagamentos de indenizações e (v) gastos da JBS USA com reestruturação e reorganização em função da aquisição da Pilgrim's Pride.

Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Devido às variações das contas acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social obteve um decréscimo de 83,5%, passando de R\$402,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$66,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 1,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma redução de 0,9 pontos percentuais.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre do Período

O montante de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentou em 627,1%, passando de R\$49,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$361,6 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 para 0,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 0.6 pontos percentuais.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou de R\$132,5 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$31,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

Pelos motivos expostos acima, o resultado do período passou de um lucro líquido de R\$220,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para um prejuízo líquido de R\$264,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo líquido do exercício representou 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuído a Participação dos Acionistas Controladores
 Como reflexo do exposto acima, em particular o prêmio pago aos detentores das debêntures do BNDESPAR, o Lucro Líquido da JBS atribuído a participação dos acionistas controladores decresceu de um lucro de R\$220,7 milhões em 2009 para um prejuízo de R\$302,7 milhões em 2010.

Balancos patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhões de reais)

	2010		2009		2010/2009
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.063,8	9,1%	5.067,5	11,5%	-19,8%
Contas a receber de clientes	3.904,5	8,8%	3.201,4	7,3%	22,0%
Estoques	4.711,9	10,6%	3.476,6	7,9%	35,5%
Impostos a recuperar	1.416,8	3,2%	1.066,0	2,4%	32,9%
Despesas antecipadas	109,1	0,2%	131,9	0,3%	-17,3%
Outros ativos circulantes	534,0	1,2%	810,4	1,8%	-34,1%
TOTAL DO CIRCULANTE	14.740,2	33,1%	13.754,0	31,3%	7,2%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	332,7	0,7%	327,0	0,7%	1,7%
Depósitos, cauções e outros	519,6	1,2%	558,6	1,3%	-7,0%
Impostos a recuperar	616,3	1,4%	615,7	1,4%	0,1%
Total do Realizável a Longo Prazo	1.468,6	3,3%	1.501,3	3,4%	-2,2%
Investimentos em controladas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Ativos biológicos	430,7	1,0%	249,6	0,6%	72,5%
Imobilizado	15.219,3	34,2%	15.014,5	34,2%	1,4%
Intangível	12.667,2	28,4%	13.367,0	30,5%	-5,2%
Outros Investimentos	3,1	0,0%	4,0	0,0%	-21,6%
	28.320,4	63,6%	28.635,1	65,2%	-1,1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	29.789,0	66,9%	30.136,5	68,7%	-1,2%
TOTAL DO ATIVO	44.529,2	100,0%	43.890,4	100,0%	1,5%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.838,0	6,4%	2.546,0	5,8%	11,5%
Empréstimos e financiamentos	5.191,2	11,7%	5.123,1	11,7%	1,3%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	1.140,7	2,6%	721,9	1,6%	58,0%
Dividendos declarados	0,0	0,0%	123,0	0,3%	-100,0%
Débito com terceiros para investimentos	45,7	0,1%	431,3	1,0%	-89,4%

Outros passivos circulantes	469,4	1,1%	360,1	0,8%	30,4%
TOTAL DO CIRCULANTE	9.685,1	21,7%	9.305,3	21,2%	4,1%
NÃO CIRCULANTE	0,0		0,0		
Empréstimos e financiamentos	10.373,5	23,3%	9.304,0	21,2%	11,5%
Debêntures conversíveis	3.462,2	7,8%	3.462,2	7,9%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.037,9	2,3%	1.141,3	2,6%	-9,1%
Provisão para contingências	322,4	0,7%	431,2	1,0%	-25,2%
Débitos com empresas ligadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
Débito com terceiros para investimentos	150,0	0,3%	171,9	0,4%	-12,8%
Outros passivos não circulantes	803,3	1,8%	924,0	2,1%	-13,1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.149,3	36,3%	15.434,7	35,2%	4,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.046,1	40,5%	16.483,5	37,6%	9,5%
Reserva de capital	500,8	1,1%	714,5	1,6%	-29,9%
Reserva de reavaliação	106,8	0,2%	112,4	0,3%	-4,9%
Reservas de lucros	574,8	1,3%	810,5	1,8%	-29,1%
Ajustes de avaliação patrimonial	(1,7)	0,0%	(0,9)	0,0%	88,1%
Ajustes acumulados de conversão	(1.632,4)	-3,7%	(612,4)	-1,4%	166,6%
Participação dos acionistas não controladores	1.100,5	2,5%	1.642,9	3,7%	-33,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.694,8	42,0%	19.150,5	43,6%	-2,4%
TOTAL DO PASSIVO	44.529,2	100,0%	43.890,4	100,0%	1,5%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 7,2%, passando de R\$13.754,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$14.740,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- redução de 19,8% nas disponibilidades, de R\$5.067,5 milhões em 2009 para R\$4.063,8 milhões em 2010, em decorrência principalmente da utilização de recursos para o capital de giro em função do crescimento das vendas, em especial das exportações, do dispêndio de capital na aquisição de máquinas e equipamentos e do pagamento de despesas financeiras, em especial o pagamento de prêmio aos detentores das debêntures da BNDESPAR;
- aumento de 22,0% em contas a receber de clientes, de R\$3.201,4 milhões em 2009 para R\$3.904,5 milhões em 2010, decorrente principalmente do crescimento das exportações, aumentando assim o prazo médio de recebimento;
- aumento de 35,5% em estoques, de R\$3.476,6 milhões em 2009 para R\$4.711,9 milhões em 2010, decorrente principalmente do aumento do volume de produção e vendas na Controladora e, principalmente, na JBS USA; e

- (d) aumento de 32,9% em impostos a recuperar, de R\$1.066,0 milhões em 2009 para R\$1.416,8 milhões em 2010.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um decréscimo de 1,2%, passando de R\$30.136,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$29.789,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- (a) decréscimo de 2,2% no total realizável a longo prazo, passando de R\$1.501,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.468,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, decorrente principalmente da diminuição de 7,0% em depósitos, cauções e outros, passando de R\$558,6 milhões em 2009 para R\$519,6 milhões em 2010;
- (b) aumento de 72,5% em ativos biológicos, de R\$249,6 milhões em 2009 para R\$430,7 milhões em 2010;
- (c) aumento de 1,4% do imobilizado, de R\$15.014,5 milhões em 2009 para R\$15.219,3 milhões em 2010; e
- (d) redução de 5,2% do intangível, passando de R\$13.367,0 milhões em 2009 para R\$12.667,2 milhões em 2010.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 4,1%, passando de R\$9.305,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$9.685,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- (a) aumento de 11,5% em fornecedores, de R\$2.546,0 milhões em 2009 para R\$2.838,0 milhões em 2010;
- (b) aumento de 1,3% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$5.123,1 milhões em 2009 para R\$5.191,2 milhões em 2010;
- (c) aumento de 58,0% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R\$721,9 milhões em 2009 para R\$1.140,7 milhões em 2010; e
- (d) redução de 89,4% dos débitos com terceiros para investimentos, de R\$431,3 milhões em 2009 para R\$45,7 milhões em 2010.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou em 4,6%, passando de R\$15.434,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$16.149,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

- (a) aumento de 11,5% dos empréstimos e financiamentos, passando de R\$9.304,0 milhões em 2009 para R\$10.373,5 milhões em 2010;

- (b) redução de 9,1% do imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R\$1.141,3 milhões em 2009 para R\$1.037,9 milhões em 2010; e
- (c) redução de 25,2% das provisões para contingências, de R\$431,2 milhões em 2009 para R\$322,4 milhões em 2010.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um decréscimo de 2,4%, passando de R\$19.150,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$18.694,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, em decorrência principalmente dos seguintes fatores:

- (a) aumento de capital realizado por meio da distribuição pública de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Pública”), gerando um aumento líquido de capital foi de R\$1.562,5 milhões;
- (b) aumento dos ajustes negativos acumulados de conversão em 166,6%, de R\$612,4 milhões negativos em 2009 para R\$1.632,4 milhões negativos em 2010; e
- (c) prejuízo líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas controladores de R\$302,7 milhões.

Fluxo de Caixa

O aumento líquido do caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.213,6 milhões, sendo que foram gerados R\$606,5 milhões nas atividades operacionais, foram investidos R\$704,4 milhões nas atividades de investimento e houve R\$1.181,5 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

<u>Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado</u> (em milhões de R\$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	606,5	(1.471,1)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(704,4)	(1.563,7)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.181,5	2.059,8
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	130,0	11,1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	4.074,6	5.038,4
No fim do período	5.288,2	4.074,6

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. O fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais em 2011 foi de R\$606,5 milhões e o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais em 2010 foi de R\$1.471,1. A variação do fluxo de caixa entre os anos de 2011 e 2010 deveu-se principalmente à (i) redução do prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores; (ii) aumento dos ajustes gerados pelos encargos financeiros circulantes e não circulantes; e (iii) redução na aplicação de recursos destinados ao capital de giro da Companhia no ano de 2011, comparativamente ao ano de 2010.

Atividades de Investimento

Foram aplicados nas atividades de investimento R\$704,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.563,7 milhões no mesmo período de 2010. Esta variação se deve principalmente à: (i) redução das adições no ativo imobilizado e intangível que passaram de R\$1.225,6 milhões em 2010 para R\$1.173,8 milhões em 2011; e (ii) recebimento de R\$504,0 milhões pelo distrato com a Inalca JBS realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em captação e pagamentos de empréstimos e financiamentos, aumento de capital, aquisições de ações de emissão própria e gastos com transação na emissão de títulos e valores mobiliários. O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$1.181,5 milhões, R\$878,3 milhões abaixo do valor de R\$2.059,8 milhões gerados no mesmo período de 2010. Essa diferença deveu-se principalmente (i) ao aumento de capital no valor de R\$ 1.600,0 milhões realizado no período findo em 31 de dezembro de 2010; parcialmente compensado pela (ii) maior captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com consequente aumento da dívida bruta da Companhia.

10.2 Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação alterações de volume novos produtos)

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura e processada das operações da JBS. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura e congelada, carne de carneiro e ovelhas, incluindo cortes tradicionais, cortes especiais e miúdos (partes internas do boi, incluindo o cérebro, coração, rins, fígado, língua e tripa) e (2) produtos processados, incluindo congelados cozidos ou pré-cozidos de carne, carne seca, carne em cubos, hambúrgueres e salsichas nos mercados doméstico e internacional das operações da JBS na América do Sul, nos Estados Unidos e Austrália.

Venda de carne suína in natura e processada das operações da JBS nos Estados Unidos. Receitas geradas pela venda de cortes de (1) carne in natura suína, incluindo cortes como lombos, assados, costeletas e costelas, e (2) outros produtos suínos, incluindo presuntos e outros embutidos, predominantemente para outros processadores, os quais, por sua vez, produzem lingüiça, bacon, salsicha, entre outros nos mercados doméstico e internacional.

Venda da carne de frango in natura e processada das operações da JBS nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Com a aquisição da Pilgrim's Pride, a JBS ingressou em novos mercados, e, a partir de 2010, a Companhia obteve receitas provenientes dos mercados doméstico e internacional, de suas operações nos Estados Unidos, México e Porto Rico pela venda de (1) frango in natura, incluindo cortes e peças inteiras de frango congelado e frangos pré-embalados e (2) outros produtos de frango, incluindo filé de peito porcionado congelado, lombos, tiras, nuggets e hambúrgueres, além de partes do frango com osso.

Venda de outros produtos. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes para a produção de couros, além da venda milho, ervilhas e seletas de vegetais em conserva. Em sequência da incorporação das ações da Bertin em JBS, a JBS ingressou em novos mercados e a partir de 2010, a Companhia obteve receita de vendas de laticínios, produtos de limpeza e higiene, ração animal e biodiesel.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Principais fatores que podem afetar as operações e condição financeira da Companhia e cenário macroeconômico brasileiro

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial,

podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise financeira internacional. Os indicadores macroeconômicos apresentaram melhora e, ao contrário das estimativas que apontavam para uma relevante desaceleração no crescimento da economia, o ano apresentou uma ligeira queda no PIB, de 0,6%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e uma maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível histórico mais baixo, equivalente a 8,5%, mantido de 23 de julho de 2009 a 28 de abril de 2010. A taxa de inflação, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou o ano em 5,9%, e o real apresentou apreciação de 34,2% com relação ao dólar ao longo do ano de 2009.

Em 2010, a economia brasileira se recuperou e apresentou um crescimento de 7,5%, sendo este o maior crescimento desde 1986, segundo o IBGE. Já a taxa de inflação medida pelo IPCA, ficou em 5,9%, fechando dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreendia a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da meta da taxa SELIC, que passou de 8,75% em 31 de dezembro de 2009 para 10,75% em 31 de dezembro de 2010. Em 2010, o real valorizou 4,5% frente ao dólar americano, o que pode ser atribuído ao grande fluxo de entrada de capital estrangeiro na economia brasileira.

No ano de 2011, a economia brasileira apresentou crescimento de 2,7%, segundo o IBGE, resultado inferior ao ano anterior devido a um cenário externo mais turbulento e aos consequentes ajustes internos efetuados como resposta às mudanças observadas no mercado internacional. A taxa de inflação, medida pelo IPCA, ficou em 6,5%, atingindo o teto da meta estabelecida pelo governo brasileiro. O aumento da inflação foi resultado do crescimento no nível de consumo interno, apesar do aumento observado na taxa SELIC, que fechou o ano com uma elevação de 0,25 ponto percentual em relação ao ano de 2010, atingindo uma taxa de 11,0%. No acumulado do ano, o real depreciou 11,2% em relação ao dólar americano, devido principalmente à piora no cenário internacional.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	Período		
	2009	2010	2011
Crescimento do PIB (1)	-0,6%	7,5%	2,7%
Inflação (IGP-M) (2)	-1,7%	11,3%	5,1%
Inflação (IPCA) (3)	4,3%	5,9%	6,5%
Taxa Interbancária – CDI (4)	9,8%	9,7%	11,6%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP(5)	6,0%	6,0%	6,0%
Valorização do real em relação ao dólar norte-americano	34,2%	4,5%	-11,2%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$1,741	R\$1,666	R\$1,876
Taxa de câmbio média por US\$1,00(6)	R\$1,998	R\$1,760	R\$1,675

(1) O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

(4) A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).

(5) Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

(6) Média das taxas de câmbio durante o período.

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

A contínua valorização do real ao longo do ano de 2009 elevou as preocupações a respeito de uma volta às altas taxas de inflação. Porém, o índice de inflação medido pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, fechou o ano de 2009 em 4,3%, abaixo do centro da meta de inflação estipulada pelo Banco Central do Brasil de 4,5% ao ano.

Como uma forma de reação ao declínio da economia mundial, as autoridades monetárias brasileiras agiram rapidamente reduzindo as taxas de juros gradativamente de 12,75% para 8,75% durante o ano de 2009, o que reduziu consideravelmente o custo da obtenção de crédito na economia brasileira, impactando positivamente as taxas de crescimento do PIB naquele ano.

O real continuou seu ritmo de valorização frente ao dólar americano durante 2010, apresentando uma apreciação de 4,5%. Além disso, o consumo ficou aquecido durante todo o ano, fazendo com que o índice de inflação medido pelo IPCA, divulgado pelo IBGE fechasse o ano em 5,9%, acima do centro da meta de inflação de 4,5%. Para conter o aumento da inflação, as autoridades monetárias elevaram a taxa SELIC durante todo o ano de 2010. A meta da taxa SELIC passou de 8,75% em 31 de dezembro de 2009 para 10,75% em 31 de dezembro de 2010.

Mesmo com a elevação da meta da taxa SELIC durante todo o ano de 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,5%, sendo este o maior crescimento da economia desde 1986.

O ano de 2011, no entanto, foi afetado por turbulências no cenário internacional, contribuindo para uma desvalorização de 11,2% do real em relação ao dólar americano e para um crescimento de 2,7% do PIB, segundo o IBGE. Apesar do aumento observado na taxa SELIC, que terminou o ano em 11,0%, ou 0,25 ponto percentual acima do ano anterior, o nível de consumo permaneceu aquecido no país e a taxa de inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2011 em 6,5%, atingindo o teto da meta estabelecida pelo governo.

Efeito dos níveis de vendas de produtos in natura e industrializados nos mercados domésticos no resultado operacional

As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 75,6%, 74,0% e 75,7% da receita de vendas em 2011, 2010 e 2009, respectivamente. O volume de vendas destinado ao mercado doméstico apresentou um crescimento de 21,5% de 2009 para 2010 e um decréscimo de 0,8% de 2010 para 2011, passando de 5.509,7 mil toneladas em 2009, para 6.696,6 mil toneladas em 2010 e 6.642,5 mil toneladas em 2011. A receita proveniente de vendas em mercados domésticos em 2011 cresceu 15,7% em relação a 2010, devido principalmente ao aumento de vendas de nossos produtos nos Estados Unidos, passando de R\$41.984,7 milhões em 2010 para R\$48.578,5 milhões em 2011. Em 2009 a receita proveniente de vendas em mercados domésticos da companhia foi de R\$27.091,6 milhões em 2009.

Efeito dos níveis de exportação de produtos in natura e industrializados no resultado operacional

De forma geral, os preços dos produtos vendidos sob forma de exportação são mais altos que os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais. Tal diferença de preços deve-se a vários fatores, incluindo: (i) o preço mais alto de certas commodities em países desenvolvidos, em comparação com países emergentes; (ii) o custo de transporte dos nossos produtos; (iii) os custos de

armazenagem e de logística; e (iv) impostos e tarifas aduaneiras.

As exportações representaram 24,4%, 26,0% e 24,3% da receita operacional bruta de vendas em 2011, 2010 e 2009 respectivamente. Em 2011, o volume de vendas destinado ao mercado externo apresentou um aumento de 1,2% em comparação com 2010, passando de 2.030,9 mil toneladas em 2010 para 2.055,4 mil toneladas em 2011. A receita de exportações aumentou em 6,0% em relação a 2010, passando de R\$14.773,8 milhões em 2010 para R\$15.660,3 milhões em 2011. Em 2010 o volume de vendas destinado ao mercado externo apresentou um aumento de 17,5% em comparação com 2009, passando de 1.728,1 mil toneladas em 2009 para 2.030,9 mil toneladas em 2010. A receita de exportações aumentou em 70,6% em relação a 2009, passando de R\$8.697,6 milhões em 2009 para R\$14.839,6 milhões em 2010. Em 2009, o volume de vendas destinado ao mercado externo foi de 1.728,1 mil toneladas e a receita de exportações foi de R\$8.697,6 milhões. A habilidade de exportar os produtos depende de vários fatores, que incluem: (i) o nível de crescimento econômico nos mercados de exportação; (ii) condições econômicas dos mercados de exportação (incluindo taxas de juros e taxas de câmbio praticadas em tais mercados); e (iii) variações na demanda pelos produtos nos mercados de exportação, incluindo variações geradas pelas ocorrências e restrições de ordem sanitária. Alteração nestes fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais.

Oscilações nos preços domésticos de produtos in natura e industrializados podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços dos produtos in natura e industrializados praticados nos mercados domésticos são geralmente determinados de acordo com as condições de mercado. Tais preços também são impactados pela margem adicional que as redes varejistas repassam ao consumidor final. Negociamos tais margens com cada rede de varejistas e, dependendo da rede, individualmente com cada loja. Os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais sofreram um aumento de 27,5% em 2010, passando de R\$4,92 por quilo em 2009 para R\$6,27 por quilo em 2010. Em 2011, os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais sofreram um aumento de 16,6%, passando para R\$7,31 por quilo.

Efeitos de oscilações nos preços de exportação de produtos in natura e industrializados na receita operacional líquida

Oscilações nos preços de exportação de produtos in natura e industrializados podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços médios realizados para exportação de nossos produtos tiveram um aumento de 44,5% em 2010, passando de R\$5,03 por quilo em 2009 para R\$7,27 por quilo em 2010. Em 2011, os preços médios realizados para exportação de nossos produtos sofreram um aumento de 4,7%, passando para R\$7,62 por quilo.

Os preços dos produtos in natura e industrializados praticados nos mercados doméstico e internacional têm oscilado significativamente nos últimos anos, e a Companhia acredita que irão continuar a oscilar no futuro.

Efeitos de oscilações nos preços de aquisição de animais nos nossos custos operacionais de Venda

Grande parte de nossos custos operacionais de venda estão relacionados aos custos de aquisições de matéria-prima.

A principal matéria-prima que a Companhia utiliza na produção de produtos in natura e industrializados são os animais vivos, que representaram aproximadamente 83,7% do total do custo dos produtos vendidos em 2009. O custo de aquisição dos animais é impactado pela oferta e demanda vigente nos mercados onde a empresa atua. Com a aquisição da Pilgrim's Pride, a compra de frango passou a fazer parte dos custos, com isso o custo de animais utilizados como matéria-prima representou aproximadamente 77,6% do custo dos produtos vendidos em 2010. Em 2011, os animais vivos representaram aproximadamente 79,5% do custo dos produtos vendidos.

Oscilações no preço do gado, do frango e do suíno impactam diretamente os custos operacionais. Geralmente, a Companhia adquire animais em operações no mercado à vista. Para proteger de qualquer variação nos preços durante o período compreendido entre a data da compra e a data da entrega do mesmo, a Companhia procura realizar hedge de 100% dos animais adquirido através de instrumentos financeiros negociados em bolsas de mercados e futuros.

O preço dos animais praticado no mercado nacional e internacional oscilou significativamente no passado, e a Companhia acredita que continuará a oscilar nos próximos anos. Os aumentos no preço dos animais e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos, podem impactar as margens brutas e os resultados operacionais, caso não sejamos capazes de repassar a totalidade de tais aumentos aos clientes. Do contrário, reduções no preço dos animais e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia podem aumentar as margens brutas e os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações das taxas de câmbio do real em relação ao dólar

Os resultados operacionais e a situação financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela volatilidade do real em relação ao dólar.

A Companhia possui uma plataforma de produção e distribuição globalizada, desta forma, as incertezas políticas e as condições econômicas gerais dos países onde a Companhia está presente podem ter efeitos adversos nos seus resultados.

Uma parte substancial da receita líquida de vendas está atrelada ao dólar, dado que a grande maioria das nossas exportações está expressa com base nessa moeda. Caso ocorra uma desvalorização ou valorização do real frente ao dólar, as receitas de exportações serão impactadas, podendo sofrer um acréscimo ou decréscimo em valores monetários, desde que as demais variáveis permaneçam constantes.

Além disso, uma parte significativa do endividamento está atrelada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento consolidado em moeda estrangeira representava 38,3% do nosso endividamento total. Portanto, qualquer desvalorização relevante do real poderá aumentar significativamente as nossas despesas financeiras e os nossos endividamentos de curto e longo prazo contabilizados em reais. Por outro lado, qualquer valorização maior do real frente ao dólar poderá diminuir significativamente as nossas despesas financeiras e o nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo contabilizados em reais.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio na BM&F e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Efeito do nível de endividamento e da taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total do endividamento era de R\$18.872,2 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$2.010,7 milhões em 2011, das quais R\$138,3 milhões foram de despesas com derivativos, R\$1.265,8 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$492,4 milhões foram despesas de variação cambial, R\$114,2 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. Os juros referentes ao endividamento dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais em vigor e a determinação de riscos relacionados à Companhia, à indústria na qual a Companhia atua e à economia brasileira.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor total do endividamento era de R\$15.564,7 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$2.220,2 milhões em 2010, das quais R\$739,3 milhões foram de despesas com derivativos, R\$1.655,4 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$287,8 milhões foram receitas de variação cambial, R\$113,3 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. O montante de R\$1.655,4 milhões de despesas líquidas de juros inclui o prêmio de debêntures pago à BNDESPAR de R\$521,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total do endividamento era de R\$14.427,1 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$579,0 milhões em 2009, das quais R\$1.013,6 milhões foram de despesas com derivativos, R\$382,1 milhões foram despesas líquidas de juros, R\$854,6 milhões foram receitas de variação cambial, R\$37,9 milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros.

Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, levando a uma diminuição do poder aquisitivo do consumidor, o que acaba por gerar uma redução na demanda de nossos produtos. Concomitantemente com a redução da demanda ocorre uma redução dos preços dos produtos deste setor o que acaba por reduzir nosso resultado operacional. Nestes períodos o financiamento torna-se mais dispendiosos, o que também afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade, que foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2011, os cenários (possível e remoto) consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2011, simulamos possíveis alterações, de 25% e 50% nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros representam um cenário provável de impacto no resultado. A seguir os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Risco de câmbio (em R\$ mil)

Exposição	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) De teorização de 25%	Cenário (III) De teorização de 50%
Financeira	Depreciação R\$	-	(1.713.860)	(3.427.720)
Operacional	Depreciação R\$	-	611.648	1.223.296
Derivativos de proteção cambial	Apreciação R\$	<u>(19.822)</u>	<u>565.968</u>	<u>1.131.936</u>
		<u>(19.822)</u>	<u>(536.244)</u>	<u>(1.072.488)</u>
Premissa	Câmbio	<u>1,8758</u>	<u>2,3448</u>	<u>2,8137</u>

2010 e 2009

Considerando que em 2010 e 2009 a companhia estava sujeita, principalmente, ao risco de taxas de câmbio e juros sobre os seus ativos e passivos em moeda estrangeira e que se utiliza apenas de instrumentos derivativos para proteção dos referidos ativos e passivos, as variações de cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, provocando efeitos praticamente nulos.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviço:

2011 - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 12,9% em relação ao ano anterior, totalizando R\$61.796,8 milhões. Esta variação se deve principalmente ao aumento do volume de vendas nas principais unidades de negócio e ao aumento da demanda e dos preços médios de venda.

2010 - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 57,7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$55.055,8 milhões. Esta variação se deve principalmente pela consolidação dos resultados dos 12 meses de 2010 da Pilgrim's Pride e da incorporação das ações da Bertin.

2009 - A receita é impactada diretamente por variações nos níveis de demanda, mix de vendas, assim como de preços dos produtos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 15,0% em relação ao ano anterior, totalizando R\$34.905,6 milhões.

b. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

2011 - O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento, dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento denominado em moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$ 7.229,6 milhões, ou 15,2% do passivo e patrimônio líquido.

2010 - O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento denominado em moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$6.700,9 milhões, ou 15,0% do passivo e patrimônio líquido.

2009 - O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2009, o

endividamento denominado em moeda estrangeira (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R\$6.442,2 milhões, ou 14,7% do passivo e patrimônio líquido.

10.3 Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

A Companhia busca constantemente oportunidades de investimento em diversos segmentos relacionados ao seu core business. Em 2009, concluiu a aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação das ações da Bertin, o que resultou na atuação da Companhia no segmento de frangos, além de produtos lácteos, higiene e limpeza, biodiesel e couros. A entrada no segmento de frangos trouxe como efeito uma diversificação da empresa no setor de proteínas, o que diminuiu consideravelmente os efeitos de ciclos e sazonalidades nos resultados da empresa. A entrada no segmento de higiene e limpeza trouxe como sinergia o aproveitamento dos subprodutos bovinos para a produção de produtos de maior valor agregado. O segmento de produtos lácteos, oriundo da incorporação das ações da Bertin, trouxe a possibilidade de inserção em um setor de grande crescimento, produtos com maior valor agregado e margens operacionais satisfatórias.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas. Neste sentido, desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita de empresas adquiridas e/ou incorporadas, conforme o caso, ao longo do exercício, a saber, Bertin e Pilgrim's Pride, representaram R\$20.911,8 milhões, ou 37,9% da receita líquida do ano.

A Companhia celebrou no dia 15 de dezembro de 2009, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, um acordo com o Vion Food Group para a compra da Tatiara Meat Company (Tatiara). A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. É sediada em Bordertown South Austrália, uma região conhecida por seu rebanho ovino de alta qualidade, possui um faturamento anual de aproximadamente AUD 200 milhões (aproximadamente USD183 milhões) e a Companhia concordou em pagar AUD 30 milhões (aproximadamente USD27,5 milhões) pela Tatiara, sujeito à conclusão do processo de due diligence. Com essa aquisição, a JBS Austrália se torna a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 24.500 cabeças por dia.

A Companhia confirmou no dia 22 de fevereiro de 2010, através de fato relevante divulgado ao mercado, a aprovação da aquisição da Tatiara pelas autoridades Australianas (ACCC - Australian Competition and Consumer Commission), a conclusão da aquisição e a incorporação imediata dos novos ativos, tornando a Companhia líder de mercado na Austrália no setor de ovinos. Com receitas ligeiramente inferiores a US\$200 milhões, a Tatiara reforçará a presença da JBS Austrália no mercado de exportação de carne de cordeiro de alta qualidade, no qual a Austrália tem aumentado sua participação nos últimos anos.

Em 20 de setembro de 2010, a Companhia concluiu, por meio de sua subsidiária integral Swift Australia, a aquisição dos ativos da Rockdale Beef, após a aprovação pelas autoridades competentes, incluindo órgão anti-trust da Austrália. A JBS pagou AUD40,5 milhões (US\$37,3 milhões aproximadamente) pelo negócio, sujeito a ajustes segundo o nível de capital de giro na conclusão. Com capacidade de abate de 200.000 bois por ano combinada com uma capacidade de confinar mais de 50.000 bois simultaneamente, a Rockdale Beef fortalecerá a presença da JBS na Austrália.

Em 09 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu um bloco de 7 milhões de ações ordinárias da Pilgrim Interests (pertencente à família Pilgrim) listadas na bolsa de Nova York como PPC - Pilgrim's Pride. O preço unitário foi de US\$5.96 por ação, totalizando US\$ 41.720.000,00, pagos diretamente ao vendedor. O preço de compra foi calculado tomando como base o valor médio das ações da Pilgrim's Pride nos 30 dias anteriores ao fechamento da transação. Esse bloco de ações representou 3,27% do número total das ações emitidas da Pilgrim's Pride e, assim, elevou a participação acionária da JBS na Pilgrim's Pride de 64,0% para 67.3%.

Em 4 de março de 2011, a Companhia e o Grupo Cremonini assinaram um "Termination Agreement" ("Distrato"), através do qual, a Companhia vendeu sua participação de 50% no capital da Inalca JBS. De acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218.855 mil Euros (R\$ 504.002) investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, a Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações judiciais relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados.

Em 04 de março de 2011, a Companhia adquiriu os 30% restantes de participação no capital social da Rigamonti Salumifício. A Companhia detinha participação de 70% na empresa italiana desde dezembro de 2009. A Rigamonti, agora 100% detida pela JBS, é uma das dez maiores empresas de embutidos da Itália, com um faturamento bruto de 130 milhões de euros por ano, sendo líder no setor de bresaola (carne bovina seca e curada, uma especialidade da gastronomia italiana).

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

(a) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e pelo IAS, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 3/ IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

CPC 4/ IAS 38 – Ativos intangíveis com vida útil definida: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (impairment). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio e, posteriormente, aos outros ativos, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício, e a perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios: A adoção deste Pronunciamento impactará substancialmente as metodologias de reconhecimento, mensuração e apresentação de uma combinação de negócios, com enfoque principal para alocação do ágio às contas do balanço determinantes da mais valia gerada e reconhecimento dos ativos e passivos provenientes de uma

negociação, pelo seu valor justo. Os principais impactos dessa norma nas demonstrações contábeis da Companhia estão representados pela aquisição de parte significativa do controle acionário da Pilgrim's Pride e da incorporação das ações da Bertin.

CPC 20 - Custos dos empréstimos: O Pronunciamento requer que a Companhia capitalize os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos seus ativos qualificáveis (bens que levam um período de tempo significativo para serem concluídos para o uso ou para venda, e estão apresentados na conta de obras em andamento) como parte do custo desse ativo. Os custos dos empréstimos da Companhia e de suas controladas relacionadas aos ativos qualificáveis são compostos por despesas com juros e variações cambiais que não serão alocados integralmente no resultado, pois farão parte da composição do custo destes ativos.

CPC 21 – Demonstrações intermediárias e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: A adoção deste Pronunciamento ocorreu na elaboração das demonstrações intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) do primeiro trimestre do exercício de 2010. No entanto, tais demonstrações não requerem a aplicação integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC.

CPC 22/ IFRS 8 – Informações por segmento: O Pronunciamento visa aprimorar a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis da Companhia identificarem a natureza e os efeitos das atividades dos segmentos de negócio nos quais a Companhia opera. As análises da Companhia são elaboradas de acordo com as divisões internas de Unidades Geradoras de Caixas - UGC, conforme apresentado trimestralmente ao mercado nos relatórios de “press release” divulgados pelo departamento interno de relação com investidores. No entanto, a estrutura atual está em processo de aprimoramento de conceitos, ainda em observância à nova padronização requerida pelo referido CPC e possivelmente levará em consideração os segmentos operacionais mais representativos da Companhia, compostos pelas divisões de Carne Bovina, Carne Suína, Aves, Couros, Lácteos e Outros.

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: As políticas contábeis e mudanças de estimativas oriundas da adoção inicial dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010 refletiram a apresentação e a comparabilidade das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2010, cuja comparabilidade teve como base as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 e os saldos de abertura de acordo com os novos Pronunciamentos em 1 de janeiro de 2009.

CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: O Pronunciamento foi aplicado na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, comparativas com o exercício de 2009, e evidenciou a adoção integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC.

CPC 27 – Imobilizado, ICPC 03 – Arrendamento mercantil e ICPC 10 – Imobilizado Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à Propriedade para investimento: A implementação dos requerimentos estabelecidos neste Pronunciamento terá como principal enfoque a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, desvinculando de forma definitiva os percentuais permitidos pela legislação fiscal vigente e refletindo a vida útil efetiva dos bens. Deste modo, os reflexos contábeis ocorrerão nas contas de custo e despesa de depreciação do exercício e conseqüentemente na composição dos valores residuais dos ativos imobilizados.

CPC 29/ IAS 41 - Ativo biológico e produto agrícola: A Companhia possui subsidiárias com ativos biológicos compostos por estoques de gado nas operações de confinamento, os quais são valorizados pelo seu custo em formação. No entanto, após a adoção deste Pronunciamento, utilizará a metodologia de valorização a mercado para os saldos de gado em estoque, cujos reflexos ocorrerão nas rubricas de estoque, custo dos produtos vendidos e ajuste de avaliação a mercado (resultado do exercício).

CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada: Devido à recente incorporação das ações da Bertin, com impacto da descontinuidade de algumas de suas operações referentes à divisão de “lácteos” ocorrida entre os exercícios de 2005 a 2007, a Administração reclassificou parte de seus ativos imobilizados relacionados às referidas operações, substancialmente compostos por terrenos e edificações, para o grupo de contas de “ativos mantidos para venda”, os quais serão avaliados de acordo com os preceitos estabelecidos neste Pronunciamento.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: Os procedimentos adotados atualmente para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, baseada na normas em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não diferem em seus aspectos relevantes aos preceitos do referido Pronunciamento e Interpretação.

CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A Companhia estará obrigada a adotar este Pronunciamento que possui como objetivo estabelecer que as primeiras demonstrações contábeis sejam elas demonstrações intermediárias ou demonstrações contábeis estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

CPC 38/ IAS 39 – Instrumentos financeiros, Reconhecimento e mensuração, CPC 39 – Instrumentos financeiros, Apresentação, CPC 40 – Instrumentos financeiros, Evidenciação e OCPC 03 – Instrumentos financeiros: A Companhia adotou durante o exercício de 2008 todos os requerimentos estabelecidos pelo CPC 14 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de todos os instrumentos financeiros contratados para cobertura dos riscos de taxas de juros, de taxas de câmbio e de preços na compra de gado. No entanto, o CPC 14 foi revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2009, sendo este substituído pela Orientação Técnica OCPC 03 – Instrumentos financeiros, a qual foi utilizada como referência técnica pela Companhia em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009. Em virtude das características dos instrumentos financeiros contratados, não haverá impactos relevantes após as vigências destes Pronunciamentos.

CPC 41/ IAS 33 - Resultado por ação: A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

CPC 43/IFRS 1 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40: A aplicação deste Pronunciamento Técnico ocorrerá de modo simultâneo com os CPC 15 a 40, uma vez que o mesmo servirá de referência técnica suporte para implementação dos Pronunciamentos elencados.

ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: A Companhia realiza a provisão para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25%, sendo o dividendo adicional reconhecido imediatamente no exercício antes da aprovação para emissão das demonstrações financeiras. No entanto, segundo o novo Pronunciamento, a distribuição adicional de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não deve gerar registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer

obrigação presente naquela data.

Efeitos da adoção inicial das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

O IFRS 1 (“First-time adoption of International Reporting Standards” – Primeira adoção das práticas contábeis internacionais) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do IASB - (International Accounting Standards Board) em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações contábeis consolidadas nas práticas contábeis internacionais- IFRS, sendo a data base de 31 de dezembro de 2010. O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

O CPC 37 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões internacionais de contabilidade em vigor na data de encerramento das primeiras demonstrações contábeis. Desta forma, na data base de 31 de dezembro de 2010, o CPC 37 (R1) também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações nos padrões internacionais.

Na preparação das suas demonstrações contábeis individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

Interpretação à adoção inicial do IFRS x adoção das novas práticas contábeis do Brasil

Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações contábeis individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas demonstrações contábeis individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações contábeis consolidadas.

Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, dessa forma a Administração entende que os pronunciamentos emitidos pelo CPC são completamente convergentes com o padrão internacional de contabilidade, segundo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board.

Efeitos no patrimônio líquido e resultado oriundos da aplicação do IFRS 1 / CPC 37 (R1)

A Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição com aquelas adotadas na apresentação das demonstrações contábeis comparativas estão descritas na nota explicativa abaixo, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado. Conforme definido pelo CPC 37 (IFRS 1) são estabelecidas duas categorias de exceções ao princípio que o balanço patrimonial de abertura deve estar de acordo com todas as IFRS: as isenções e as exceções à aplicação retrospectiva das normas.

(b) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e pelo IAS, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 que não apresentam impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 05 (R1)/ IAS 24 (alterações) – Apresentação de Partes Relacionadas: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. A IAS foi revisada em decorrência da preocupação de que, na prática, a aplicação das atuais exigências de divulgação e atual definição de partes relacionadas podem ser difíceis de aplicar em ambientes com intenso controle do governo.

CPC 16 – Estoques: A Companhia adota por conservadorismo todos os requerimentos exigidos, basicamente em virtude da formação do custo do produto e pela avaliação a mercado dos saldos em estoque, cujo reflexo poderá ser refletido em “impairment” dos estoques.

CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada: As metodologias de mensuração, apresentação e divulgação dos investimentos da Companhia em empresas coligadas e controladas atendem as exigências do Pronunciamento.

CPC 21 / IAS 34 (alterações) - Demonstrações Contábeis Interinas: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. As alterações reforçam a necessidade de se apresentar as informações de eventos relevantes nas demonstrações contábeis mais recentes.

CPC 24 - Eventos subsequentes: O Pronunciamento determina quando a Companhia deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações e as informações complementares que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão e sobre eventos subsequentes ao período contábil a que se referem, sendo que os procedimentos adotados pela Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes: As avaliações para mensuração e reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes da Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 26(R1) / IAS 1 (alterações) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2011. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

CPC 30/ IAS 18 - Receitas: Os critérios utilizados para reconhecimento da receita de todos os segmentos operacionais da Companhia atendem aos requerimentos do Pronunciamento, não havendo a necessidade de constituição de ajustes contábeis relativos ao corte da receita.

CPC 32/IAS12 – Tributo sobre o lucro: A metodologia de apuração de tributos sobre o lucro sejam eles ativos ou passivos fiscais e diferidos estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 33/ IFRIC 14 (alterações) – Benefícios a empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos, no entanto, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do Pronunciamento.

CPC 37(R1)/ IFRS 1 (alterações): Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de julho de 2011. Alterações referentes a economias com fortes impactos hiper-inflacionários e remoção de datas fixas para primeiros adotantes, mudanças na política contábil no ano da adoção, base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost) e uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados;

CPC 40 / IFRS 7 (alterações) – Instrumentos Financeiros: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011. As alterações visam enfatizar a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com instrumentos financeiros. Resultante de propostas que foram definidas na minuta de alterações à IAS 39 e IFRS 7.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Efetivo para períodos iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2013. Classificação e mensuração de passivos financeiros e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Norma apresenta nova classificação e requisitos de medição de ativos financeiros que substituem a classificação e medição de requisitos previamente incluídos na norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros e novos requisitos para a classificação e mensuração dos passivos financeiros, de retirada de instrumentos financeiros, comprometimento e contabilidade de cobertura são esperados para ser adicionados ao IFRS 9, os quais provavelmente afetarão a

contabilização da Companhia. Como resultado, a IFRS 9 acabará por ser um substituto completo para o IAS 39 - Instrumentos Financeiros.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

Efeitos significativos das alterações contábeis com adoção a partir de 1º de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia:

Adoção Inicial - Sumário das práticas contábeis e Reconciliação dos ajustes efetuados desde a data de transição:

		1 de janeiro de 2009	
		Patrimônio líquido	
Saldos Contábeis em BRGAAP *		Ref	6.134.411
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	a		(2.457)
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	b		14.893
Reversão do ativo diferido	c		(1.603)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d		794.059
Imposto de renda diferido	e		55.321
Outros ajustes	f		(729)
Total dos ajustes de divergências de práticas			859.484
Saldos Contábeis em IFRS			6.993.895

		31 de dezembro de 2009	
		Patrimônio líquido	Resultado
Saldos Contábeis em BRGAAP *		Ref	16.728.086
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	a	1.642.890	-
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	b	37.036	22.143
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	g	(6.342)	(6.342)
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	480.533	(136.220)
Ganho em compra vantajosa da PPC	h	185.189	185.189
Imposto de renda diferido	e	84.796	29.475
Outros ajustes	f	(1.667)	(2.959)
Total dos ajustes de divergências de práticas		2.422.435	91.286
Saldos Contábeis em IFRS		19.150.521	220.710

		31 de dezembro de 2010	
		Patrimônio líquido	Resultado
Saldos Contábeis em BRGAAP *		Ref	17.224.116
Ajustes relativos a capitalização dos custos de empréstimos	a	49.027	11.991
Reclassificação de minoritários para o patrimônio líquido	b	1.100.478	-
Ajustes relativos a valorização a mercado de ativos biológicos	g	49.449	55.791
Efeitos sobre aquisições de companhias - fair value (valor justo)	d	141.511	(339.022)
Ganho em compra vantajosa da PPC	h	154.519	(9.463)
Imposto de renda diferido	e	(38.223)	(123.020)
Outros ajustes	f	13.972	(5.901)
Total dos ajustes de divergências de práticas		1.470.733	(409.624)
Saldos Contábeis em IFRS		18.694.849	(302.748)

Entende-se como "BRGAAP" as práticas contábeis brasileiras vigentes a partir 1 de janeiro de 2009, ou seja, CPC 01 ao CPC 14 e suas respectivas Interpretações e Orientações técnicas.

- (a) - Reclassificação relativa a apresentação da participação de minoritários para o Patrimônio Líquido de acordo com o IAS 1/CPC 26 –Apresentação das Demonstrações financeiras.
- (b) - De acordo com o IAS 23 (R)/CPC 20 - Custos de empréstimos, os custos dos empréstimos relacionados aos financiamentos para construção de ativos qualificáveis devem ser agregados ao custo do ativo.

(c) - De acordo com IAS 38/CPC 04(R1) - Ativo intangível, o ativo diferido foi extinto, sendo quaisquer saldos remanescentes classificados como despesa (se aplicável).

(d) - Refere-se ao ajuste de prática adotado entre o tratamento contábil para aquisição de empresas, fair-value, uma vez que na JBS USA aplicou-se a metodologia de contabilização de aquisições de empresas por meio do seu valor justo, sendo seus reflexos classificados no resultado do exercício representados substancialmente por depreciações e amortizações, das respectivas "mais valia".

(e) - Refere-se ao impacto de imposto de renda diferido relativo às diferenças de práticas identificadas.

(f) - Outros ajustes relativos às diferenças de prática.

(g) - De acordo com o IAS 41/CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, os ativos biológicos com mercado ativo devem ser valorizados a valor justo.

(h) - Refere-se à diferença de práticas relacionadas no item 2.b, (Aquisição Pilgrim's Pride) onde houve ganho de barganha devido ao preço negociado de aquisição, visto que a Pilgrim's Pride estava em recuperação judicial, levando a um valor de negociação menor do que o valor de mercado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contém ênfases relacionadas abaixo:

No último exercício, por dúvidas quanto à qualidade e credibilidade das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A., optou por não constituir equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e optou por não consolidar a Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis consolidadas, ambas referentes ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2010.

Assim, na opinião dos Auditores Independentes, exceto pelos efeitos do assunto supracitado, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 contém ênfases relacionadas:

Na opinião dos Auditores Independentes, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da JBS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Na opinião dos Auditores Independentes, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10.5 Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS e de acordo com os CPCs requer que a Companhia efetue certos julgamentos e utilize premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor os ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como a Companhia forma seu julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, segue abaixo um resumo das nossas principais práticas contábeis críticas.

Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo, na nota explicativa 23 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas."

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas na redução de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios
- valor justo instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhista;
- perda estimada com crédito de liquidação duvidosa;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título ao resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Ativo biológico

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho, ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro do custo dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado.

h) Investimentos em controladas e controladas em conjunto ("joint ventures")

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), “Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social, conforme descrito na nota 11.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as participações em entidades controladas em conjunto e as participações de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

i) Imobilizado

De acordo com o IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, uma entidade pode optar por mensurar um item do imobilizado na data de transição para o IFRS pelo seu valor justo e usar esse valor justo como seu custo presumido nessa data.

Dessa forma, o ativo imobilizado está registrado ao valor justo, demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

k) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

l) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

m) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 15.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

o) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos declarados”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

p) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

q) Participação de não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

r) Ativos e passivos contingentes

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Conforme previsto nas práticas definidas pelo IFRS a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

t) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

u) Conversão de moedas estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambial positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável. Com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

v) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

w) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com pessoas ligadas".

- **Mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

• **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

• **Derivativos**

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio.

x) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

y) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta Pilgrim's Pride e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

z) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

aa) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ab) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira e avaliação patrimonial em investimentos.

ac) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

ad) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de grupo de negócios que representa a maior parte do negócio ou área geográfica que foi baixado ou mantido para venda, ou casos de subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda.

A classificação como operação atinge os critérios para ser classificados como mantido para venda quando a operação é classificada como descontinuadas, a demonstração comparativa é representada como se a operação tivesse sido descontinuada no início do período comparativo.

ae) Novos pronunciamentos do IFRS, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações financeiras consolidadas

Novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e / ou revisados e têm a adoção opcional em 31 de dezembro de 2011. A administração avaliou o impacto desses novos pronunciamentos e interpretações e decidiu não antecipar a adoção pois não terá um impacto significativo sobre as informações anuais da Companhia e sua controlada no ano da adoção inicial. Os principais pronunciamentos e interpretações são apresentados a seguir:

Não vigente:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração - Reflete a primeira fase do trabalho IASBs sobre a substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. IFRS 9 usa uma abordagem simplificada para determinar se um ativo financeiro for mensurado pelo custo amortizado ou valor justo, baseado na maneira pela qual uma entidade gere os seus instrumentos financeiros (modelo de negócio) e do fluxo de caixa contratuais típicas de ativos financeiros. A norma também exige a adoção de apenas um método para determinação das perdas no valor recuperável de ativos. A norma é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2015. A Companhia irá quantificar o efeito em conjunto com as outras fases, quando emitido, para apresentar um quadro abrangente.

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - IFRS 10 como princípios emitidos estabelece para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. IFRS 10 substitui as exigências de consolidação na SIC-12 Consolidação Sociedades de Propósito Especial e IAS 27 demonstrações financeiras consolidadas e separadas e é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 10.

- IFRS 11 Acordos conjuntos - IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, focando nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências na divulgação de acordos conjuntos, exigindo um único método de contabilização de investimentos semelhantes. IFRS 13 substitui a IAS 31 Investimentos em "joint ventures" e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por "joint ventures", e é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitido. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11.

- IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades -. IFRS 12 é um padrão novo e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as filiais, acordos conjuntos, associados e entidades não consolidadas estruturado IFRS 12 é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. aplicação antecipada é permitido. A Companhia está analisando os impactos em suas divulgações resultantes da adoção do IFRS 12.

- IFRS 13 Mensuração do valor justo - IFRS 13 estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas para o IFRS e os princípios contábeis americanos geralmente aceitos. O padrão é vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2013. Aplicação antecipada é permitida. A Companhia está analisando os eventuais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 13.

- IFRIC 20 Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine (custos de exploração em fase de produção de mineradoras) - A IFRIC 20 trata das questões quanto ao reconhecimento dos production stripping costs (custos de exploração em fase de produção) como um ativo; mensuração inicial dos ativos da atividade de remoção; e mensuração subsequente dos ativos da atividade de remoção. É vigente para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 32 Instrumentos financeiros - As alterações do pronunciamento tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As alterações são vigentes para exercícios com início em/ou após 1 de Janeiro de 2014. Aplicação antecipada é permitida.

Outras melhorias para pronunciamentos existentes:

- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2011).
- IAS 1 - Apresentação do resultados abrangentes (exercícios iniciados em/ou após 01.07.2012).
- IAS 12 - Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2012).
- IAS 19 - Benefícios a empregados (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).
- IAS 28 - Investimentos em coligadas (exercícios iniciados em/ou após 01.01.2013).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu essas normas ou alterações equivalente a todos os pronunciamentos acima mencionados. A Companhia esta em processo de avaliação dos impactos das referidas normas em suas demonstrações financeiras.

10.6 Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos matérias. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos materiais, com exceção aos assuntos relacionados a Inalca JBS S.p.A, em função das dúvidas quanto à qualidade e credibilidade das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS S.p.A., optou por não constituir equivalência patrimonial sobre sua participação societária na Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis individuais e optou por não consolidar a Inalca JBS S.p.A. nas demonstrações contábeis consolidadas, ambas referentes ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2010. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que, com exceção em relação ao assunto supracitado, não houve ressalvas no parecer preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos materiais. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer preparado pela KPMG Auditores Associados para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

No que diz respeito aos exercícios sociais findos em 2011, 2010 e 2009, os Diretores são da opinião de que não houve recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios que merecem destaque.

10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

A Companhia realizou sua oferta pública inicial em marco de 2007, cujo total montante captado foi de R\$1.200.000,00. Tais recursos foram investidos da seguinte forma: 70% em investimentos de capital para expansão da capacidade operacional, incluindo aquisição de empresas e/ou plantas de abate, e os restantes 30%, em capital de giro.

Em 31 de maio de 2010, a Companhia encerrou a distribuição pública de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta Pública”), em mercado de balcão não organizado e em conformidade com a Instrução CVM 400, ao preço de R\$8,00 por ação, perfazendo o total bruto de R\$1.600,0 milhões. Estes recursos estão sendo destinados em 67% à ampliação da plataforma global de distribuição da Companhia e em 33% ao capital de giro.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto da oferta pública inicial de ações datado de abril de 2007.

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação, descritas no prospecto de distribuição pública de ações datada de maio de 2010.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto.

10.8 Opinião dos Diretores sobre a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10 Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção das plantas. Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção ou demais investimentos de capital principalmente dado que a Diretoria acredita que a atual capacidade produtiva da Companhia será capaz de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

O valor total dos dispêndios de capital da Companhia em bens, indústria e equipamentos, não incluindo aquisições, foi de R\$1.173,8 milhões em 2011.

Abaixo estão os investimentos relevantes realizados pela Companhia em 2011 que se somam a outros, tais como compra de novos equipamentos e manutenção das unidades produtoras.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, foram realizados investimentos em grandes renovações, melhorias e no desenvolvimento da capacidade de processamento, assim como investimentos nos três novos centros de distribuição localizados próximos às plantas de Plainwell, Marshalltown and Cactus.

Mercosul

No Brasil, foram realizados investimentos nas plantas de Lins (SP), Iturama (MG), Teófilo Otoni (MG) e Campo Grande II (MS), para reformas nas linhas de produção e na renovação do equipamento. Na unidade de Goiânia (GO), foram realizados investimentos nos equipamentos para tratamento de efluentes, e nas unidades de Campo Grande I (MS) e Andradina (SP) foram realizados investimentos na construção de uma linha de transmissão de energia e na instalação de novas câmaras, respectivamente.

Na Argentina, foram realizados investimentos na unidade industrial de Rosario, com a ampliação das plataformas de carga, melhoramentos nas câmaras para exportação e outras adequações gerais na fábrica. Na unidade de Pontevedra foram realizados investimentos principalmente para adequar a produção à nova linha de patês de 90 gramas, e na unidade de Pilar foram realizados investimentos na linha de hambúrgueres e no sistema de descongelamento.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos nossos complexos industriais tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Em 04 de março de 2011 a Companhia assinou um Distrato com o Grupo Cremonini pondo fim a sua participação de 50% no capital da Inalca. Pelos termos do Distrato, a Companhia devolveu as ações que representavam 50% do capital social da Inalca JBS e o Grupo Cremonini, simultaneamente, reembolsou a Companhia em €218,9 milhões (R\$ 504.0 milhões) investidos pela JBS em 2008. Como parte deste distrato, JBS e Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as controvérsias relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados, permitindo às duas companhias prosseguirem nas suas respectivas atividades.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já esta refletida na seção 6.5 acima.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

ANEXO II
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Data-Base: 31.12.2011

(conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício:
O prejuízo no exercício foi de R\$ 75.705.135,36
2. Informar o montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
Não aplicável.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:
Não aplicável.
4. Informar o montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:
Não aplicável.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:
Não houve dividendos antecipados e também não tivemos juros sobre capital próprio.
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.
Não aplicável.
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.		
c) <i>Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.</i>		
Não aplicável.		
d) <i>Data da declaração do pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.</i>		
Não aplicável.		
6. <i>Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:</i>		
Não aplicável.		
a) <i>Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.</i>		
Não aplicável.		
b) <i>Informar a data dos respectivos pagamentos.</i>		
Não aplicável.		
7. <i>Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:</i>		
a) <i>Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.</i>		
Lucro por ação:	Ordinárias (R\$)	Preferenciais (R\$)
2011	R\$ (0,02554) prejuízo por ação	Não aplicável
2010	R\$ (0,12145) prejuízo por ação	Não aplicável
2009	R\$ 0,09499 lucro líquido por ação	Não aplicável

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores.

2011		
Dividendo por Ação:	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	Não aplicável	Não aplicável
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável
2010		
Dividendo por Ação:	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	Não aplicável	Não aplicável
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável
2009		
Dividendo por Ação:	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	R\$ 0,0243617747	Não aplicável
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:
<p>a) Identificar o montante destinado à reserva legal.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.</p> <p>Não aplicável.</p>
9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:
<p>a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial a cada classe.</p> <p>Não aplicável.</p>

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Não aplicável.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a) Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

d) Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:
<p>a) Identificar o montante destinado à reserva.</p> <p>Não aplicável</p>
<p>b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.: Não aplicável</p>
<p>c) Explicar porque a perda foi considerada provável.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>d) Justificar a constituição da reserva.</p> <p>Não aplicável.</p>
13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:
<p>a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.</p> <p>Não aplicável.</p>
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:
<p>a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>b) Identificar o montante destinado à reserva.</p> <p>Não aplicável.</p>

c) Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção.

Não aplicável.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital: Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável

b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável

ANEXO III

(conforme itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Divino Aparecido dos Santos
b. idade	46 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	333.235.181-87
e. cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2011
g. data da posse	29/04/2011
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação	

aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²²	
12.8 Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário, fornecer:	
Divino Aparecido dos Santos	
<p>a. currículo, contendo as seguintes informações:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome da empresa 2. Cargo e funções inerentes ao cargo 3. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p>	
<p>O Sr. Santos é membro do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. É atualmente presidente e sócio da empresa Doce Vida Indústria e Comércio De Produtos Alimentícios Naturais Ltda., do segmento de fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes. Possui mais de 15 anos de experiência em empresas do ramo de produção de carne bovina e pecuária. Foi responsável pela contabilidade do Grupo JBS de junho de 1994 a julho de 2007 e da Bordon S/A, empresa do segmento de carnes bovinas, suínas e derivados, de 1988 a 1994. O Sr. Santos é técnico em contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade em São Paulo.</p>	
b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não houve

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não houve
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não há
b. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor	Não há
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Florisvaldo Caetano de Oliveira
b. idade	58 anos
c. profissão	Contabilidade
d. CPF ou número do passaporte	098.272.341-53
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Efetivo
f. data de eleição	29/04/2011
g. data da posse	29/04/2011
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²²	
12.8 Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário,	

fornecer:	
Florisvaldo Caetano de Oliveira	
<p>e. currículo, contendo as seguintes informações:</p> <p>iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome da empresa 2. Cargo e funções inerentes ao cargo 3. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>iv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p>	
<p>O Sr. Oliveira é membro do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. Formado em Técnico em Contabilidade pelo Colégio La Salle – Brasília-DF. Administrou a Empresa Rigor 65 Comércio e Distribuição de Produtos de Higiene e Limpeza de 1998 a 2006. Administrou a Empresa Transportadora Santos Dumont Ltda., empresa do segmento de transportes, de 1999 a 2002. Administra a Empresa Escritório de Contabilidade F.F. Ltda desde dezembro de 2004.</p>	
b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não houve
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não houve
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	

b. administradores do emissor	Não há
f. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas , diretas ou indiretas, do emissor	Não há
g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
h. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor	Não há
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Demetrius Nichele Macei
b. idade	41
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	787870509-78
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Efetivo
f. data de eleição	29/04/2011
g. data da posse	29/04/2011
h. prazo do mandato	01 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²²	
12.8 Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário, fornecer:	

Demetrius Nichele Macei	
<p>i. currículo, contendo as seguintes informações:</p> <p>v. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome da empresa 2. Cargo e funções inerentes ao cargo 3. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>vi. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p>	
<p>Advogado. Doutorando em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor de Direito Tributário e Direito Tributário Internacional na graduação da Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA) e de Direito Administrativo e Tributário Internacional na graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Convidado no <i>Curso de Posgrado en Derecho Tributario</i> na <i>Universidad Austral de Buenos Aires/Argentina</i> e Professor licenciado da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-2007). Ocupou os cargos de diretor jurídico da JBS Argentina S/A (2008-2009), Gerente Jurídico Tributário na JBS S/A (2005-2010) e na Deloitte Auditores Independentes (1999-2003) e ainda, assessor jurídico na OCEPAR e no Conselho Fiscal da UNIMED Curitiba. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela <i>Fordham University</i>, em Nova York/EUA (2009). Publicou o livro “Tributação do Ato Cooperativo” e tem artigos publicados pelas Editoras Saraiva, Revista dos Tribunais, Forense e Juruá. Atualmente participa do Conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP).</p>	
b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não houve
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não houve

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não há
j. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
k. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
l. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor	Não há
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Marcos Godoy Brogiato
b. idade	52 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	949.583.438-49
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
f. data de eleição	29/04/2011
g. data da posse	29/04/2011
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²²	
12.8 Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário,	

fornecer:	
Marcos Godoy Brogiato	
<p>m. currículo, contendo as seguintes informações:</p> <p>vii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome da empresa 2. Cargo e funções inerentes ao cargo 3. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>viii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p>	
<p>O Sr. Brogiato é membro suplente do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Foi funcionário do Grupo Bordon de novembro de 1973 a setembro de 2001, sendo os seguintes os últimos cargos exercidos: Gerente de Contabilidade Geral (setembro de 1996 a novembro de 1998), reportando-se à Diretoria de Planejamento e Controle; Gerente Financeiro (dezembro de 1998 a setembro de 2001), reportando-se ao Diretor Presidente. De setembro de 2001 a junho de 2006 prestou serviços de assessoria para o Grupo Bordon e desde junho de 2006 coordena a contabilidade do Grupo Bordon.</p>	
b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não houve
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não houve

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
c. administradores do emissor	Não há
n. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
o. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
p. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor	Não há
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Sandro Domingues Raffai
b. idade	46 anos
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	064.677.908-71
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
f. data de eleição	29/04/2011
g. data da posse	29/04/2011
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²²	
12.8 Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário,	

fornecer:	
Sandro Domingues Raffai	
<p>q. currículo, contendo as seguintes informações:</p> <p>ix. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome da empresa 2. Cargo e funções inerentes ao cargo 3. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>x. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p>	
<p>O Sr. Raffai é membro suplente do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. É graduado em Contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz. Pós graduado pela Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP em Gestão Tributária. Escritório de contabilidade FF Ltda, período de junho de 2006 à atual, assistente de controladoria.</p>	
b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não houve
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não houve
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
d. administradores do emissor	Não há

r. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
s. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
t. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor	Não há
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. nome	Alexandre Seiji Yokaichiya
b. idade	30 anos
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	281.767.738-24
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente
f. data de eleição	29/04/2011
g. data da posse	29/04/2011
h. prazo do mandato	1 ano
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários ²²	
12.8 Em relação a cada um dos administradores, membros do conselho fiscal e membros do comitê de auditoria estatutário, fornecer:	

<p>u. currículo, contendo as seguintes informações:</p> <p>xi. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nome da empresa 2. Cargo e funções inerentes ao cargo 3. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor <p>xii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas</p>	
<p>O Sr. Yokaichiya é membro do Conselho Fiscal desde 29 de dezembro de 2009. Kursou pós-graduação <i>lato sensu</i> de Administração com Especialização em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas – SP. É formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é administrador da empresa Laudera Participações S/S Ltda., cujo segmento de atuação é o de educação profissional de nível técnico. Foi coordenador de Planejamento Financeiro da Companhia entre dezembro de 2007 e outubro de 2009. Atuou como analista de Middle Office na área de Investment Banking pelo banco JP Morgan e foi gerente de produtos Pessoa Jurídica no Banco ABN Amro Real S.A.</p>	
b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não houve
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não houve
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
e. administradores do emissor	Não há

v. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
w. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
x. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas do emissor	Não há
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

ANEXO IV

(conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

Remuneração dos administradores

Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2011, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$7,3 milhões, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês da Companhia, assim como os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e participação nos resultados. Os membros suplentes do Conselho de Administração recebem remuneração por cada reunião de que participem. A remuneração dos membros de comitês da Companhia não é composta por outros elementos para além da remuneração fixa. Portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Por sua vez, a remuneração da diretoria estatutária é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é composta pelo salário e pelo plano de saúde. A parte variável é paga como bônus e depende de um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, haja vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um valor fixo mensal. Quanto à diretoria, em 2011, a remuneração variável foi de 15,1% da remuneração total e a remuneração fixa, 84,9%.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos.

Referente à remuneração fixa mensal da diretoria estatutária, em todos os exercícios sociais o reajuste é feito de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos. Os salários dos conselheiros não foram reajustados.

Com relação ao bônus (que é a remuneração variável), o valor efetivamente reconhecido para a diretoria estatutária no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 650.000,00e o estimado para o exercício de 2012 é de R\$ 650.000,00.

Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para o estabelecimento da remuneração variável dos diretores da Companhia. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360° onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

O plano de saúde da diretoria concedido pela Companhia não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para estabelecimento da remuneração variável. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho modelo 360° onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação individual também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração da diretoria estatutária é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo esta última sujeita a ajustes para refletir a avaliação individual, modelo 360°, onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

O formato da remuneração acima descrito está alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Conforme descrito no item 13.1 b) alínea “i” acima, a política de remuneração, com componente fixo e componente variável, visa ao incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, proporcionando ganhos ao estimular o comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal¹:

2012	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11,0	4,0	5,0	20,0
Remuneração fixa anual (em R\$)	2.640.000,0	4.846.709,6	375.000,0	7.861.709,6
Salário ou pró-labore	2.640.000,0	3.897.031,2	375.000,0	6.912.031,2
Benefícios diretos e indiretos	-	889.478,40	-	889.478,4
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	60.200,0	-	60.200,0
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	650.000,0	-	650.000,0
Bônus	-	650.000,00-	-	650.000,0
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-

¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Remuneração Total (em R\$)	2.640.000,0	5.496.709,6	375.000,0	8.511.709,6
-----------------------------------	--------------------	--------------------	------------------	--------------------

2011	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11,0	4,0	4,7	19,7
Remuneração fixa anual (em R\$)	2.640.000,0	3.658.651,0	350.000,0	6.648.651,0
Salário ou pró-labore	2.640.000,0	3.107.513,7	350.000,0	6.097.513,7
Benefícios diretos e indiretos	-	517.973,35	-	517.973,4
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	33.163,9	-	33.163,9
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	650.000,0	-	650.000,0
Bônus	-	650.000,00	-	650.000,0
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R\$)	2.640.000,0	4.308.651,0	350.000,0	7.298.651,0

2010	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9,7	3,0	4,0	16,7
Remuneração fixa anual (em R\$)	2.320.000,0	2.995.933,6	270.000,0	5.585.933,6
Salário ou pró-labore	2.320.000,0	2.722.052,4	270.000,0	5.312.052,4
Benefícios diretos e indiretos	-	245.343,84	-	245.343,84
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	28.537,3	-	28.537,3
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	827.500,0	-	827.500,0
Bônus	-	827.500,0	-	827.500,0
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R\$)	2.320.000,0	3.823.433,6	270.000,0	6.413.433,6

2009	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,4	3,1	4,3	12,8
Remuneração fixa anual (em R\$)	680.000,0	2.552.475,70	127.500,0	3.359.975,10
Salário ou pró-labore	680.000,0	2.523.938,4	127.500,0	3.331.438,4
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	28.537,30	-	28.537,30
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável (em R\$)	-	1.039.061,6	-	1.039.061,6
Bônus	-	1.039.061,6	-	1.039.061,6
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R\$)	680.000,0	3.591.537,30	127.500,0	4.399.037,30

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:²:

Este item não se aplica à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pelo bônus, uma vez que a Companhia não possui um plano de participação no resultados. Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para estabelecimento da remuneração variável dos diretores da Companhia. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

Dessa forma, e considerando que a Companhia não tem qualquer valor mínimo ou máximo previsto no seu bônus, nem qualquer valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas, o valor mínimo de remuneração variável que os diretores da Companhia podem receber é zero.

O valor do bônus efetivamente reconhecido para a diretoria estatutária no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 650.000,00 e o estimado para o exercício de 2012 é de R\$ 650.000,00, estimativa esse que dependerá da análise de desempenho que é realizada conforme mencionado nos parágrafos acima.

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia (“Plano”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2007, será administrado pelo Conselho de Administração, que terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

Dentro da competência acima, caberá ao Conselho de Administração toda e qualquer deliberação acerca do Plano e os poderes específicos e necessários para:

- (i) Selecionar os funcionários elegíveis a quem serão outorgadas as opções, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos no Plano;
- (ii) Definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de ações atribuíveis ao Plano, a quantidade de opções e a forma de distribuição destas entre os funcionários elegíveis, o preço de exercício das opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas;
- (iii) Prorrogar, de forma genérica ou conforme o caso, o prazo final para o exercício das opções em vigor;
- (iv) Modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis,
- (v) Propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia;
- (vi) Autorizar o Presidente da Companhia a firmar os contratos de opção com os participantes do Plano, bem como os contratos de subscrição de ações e eventuais aditivos, quando necessário;
- (vii) Decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis à espécie.

As ações objeto do Plano são ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia, nos limites do capital autorizado, e não poderão ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

São elegíveis para participar do Plano, os administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto que ocupem as seguintes funções:

- (i) Estatutários e executivos indicados pelo Conselho de Administração.

Também são elegíveis os empregados da Companhia e de suas controladas que, a critério do Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

Em qualquer das hipóteses acima, para se tornar participante do Plano, o funcionário elegível deverá ser formalmente indicado pelo Conselho de Administração, que determinará, ainda, a quantidade, prazo e preço das ações a serem outorgadas.

Funcionários externos não serão elegíveis para receber qualquer opção de subscrição de ações através do Plano.

O Conselho de Administração poderá dispensar o tratamento diferenciado a funcionários elegíveis e/ou participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado por qualquer regra de isonomia ou analogia a estender a quaisquer outros participantes eventual condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinado(s) participante(s).

Nenhuma disposição do Plano conferirá quaisquer direitos aos seus beneficiários relativos a garantia de permanência como empregado da Companhia ou de suas controladas, tampouco interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou de suas controladas de, consoante as condições legais e as decorrentes do contrato de trabalho, rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o participante.

Nenhuma disposição do Plano conferirá, ainda, a qualquer titular de opções, direitos concernentes à sua permanência no cargo de diretor até o término do mandato respectivo, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou de suas controladas de destituí-lo a qualquer tempo, nem assegurará o direito de reeleição para o cargo.

O número máximo de opções a serem outorgadas, as condições de aquisição de ações, os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício, os critérios para fixação do prazo de exercício, a forma de liquidação, as restrições à transferência das ações, entre outras condições, estão respectivamente descritos nas alíneas f), g) h), i), j) e k) abaixo.

Cumpre, no entanto, ressaltar que, até à presente data, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2007, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados empregados da Companhia possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de opção de compra de ações.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

O Plano visa despertar em tais empregados o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Este modelo visa ainda reter os administradores e empregados contemplados em face do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

O Plano insere-se numa política de remuneração que visa premiar os estatutários e executivos indicados pelo Conselho de Administração, bem como todos os empregados que, a critério da Presidência da Companhia, se tenham destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

O Plano alinha com os interesses dos administradores e da Companhia na medida em que visa despertar nos administradores e empregados participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que as opções, quando outorgadas, são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante, tal como tratadas no Plano, o que demonstra o comprometimento dos administradores e empregados.

f. Número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as opções outorgadas com base no Plano, bem como as ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos participantes em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

g. Número máximo de opções.

O Plano estabelece como limite um número máximo de opções que resulte em uma diluição de 2% do capital social da Companhia imediatamente após a homologação do aumento de capital aprovado em 23 de março de 2007, relacionado à oferta pública inicial da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações:

Todos os empregados da Companhia que são elegíveis ao Plano são signatários de um Termo de Adesão à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, no qual declaram ter integral conhecimento das disposições constantes neste documento, obrigando-se pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Tal política prevê o impedimento do exercício de opções, bem como da compra ou venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, tais signatários ficam obrigados a abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os “períodos de bloqueio”, quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu “período de bloqueio” no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados.

O Conselho de Administração estabelecerá os critérios de outorga das opções, definindo livremente quais os funcionários participantes, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada um terá direito. Serão consideradas a importância e essencialidade da função exercida, a potencialidade do participante, e o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia.

O Conselho de Administração não estará obrigado a atribuir a condição de participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria de funcionários elegíveis, sendo-lhe, facultado, ainda, em relação a dois ou mais participantes de uma mesma categoria, atribuir quantidades diferentes de opções.

A outorga de opções de subscrição de ações aos funcionários elegíveis será escolhida pelo Conselho de Administração.

Cumpre, no entanto, ressaltar que, até à presente data, nenhuma outorga chegou a ser efetivada. Consequentemente, nenhuma condição ou critério para a aquisição de ações foi estabelecido até a data deste Formulário de Referência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de compra e subscrição das ações será determinado com base no valor unitário das ações da Companhia, segundo os seguintes critérios:

- (i) Para as opções outorgadas no lançamento do Plano para o programa de 2007, será equivalente ao preço de distribuição por ação fixado na oferta pública inicial da Companhia. Vale ressaltar que nenhuma opção foi outorgada no programa de 2007.
- (ii) Para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data da outorga.

Não haverá atualização monetária do preço de opção.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

O prazo para exercício das opções obedecerá as seguintes regras:

- (i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;
- (ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;
- (iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e
- (iv) O total das opções poderá ser exercido ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de aquisição das ações está demonstrado na alínea i) acima.

k. Forma de liquidação:

A liquidação deverá ser feita à vista, no ato de subscrição, salvo na hipótese de o beneficiário optar por vender imediatamente em bolsa de valores as ações adquiridas, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo beneficiário de nota promissória *pro-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

l. Restrições à transferência das ações:

As opções outorgadas aos participantes, decorridos ou não os prazos de reserva de direito, são pessoais e intransferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante.

Conforme estabelecido na Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, há impedimento no exercício de opções, bem como na compra ou na venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não

divulgada ao mercado. Adicionalmente, a Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia estabelece que seus signatários deverão abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os “períodos de bloqueio”, quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu “período de bloqueio” no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano deverá ser ajustado sempre que ocorrer alguma alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de ações em outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

A extinção, alteração ou suspensão do Plano deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Em caso de desligamento voluntário do participante ou desligamento do participante por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa, este poderá exercer as opções que não tenham sido exercidas até à data do desligamento, respeitadas as regras de reserva de direito, em no máximo 30 dias do desligamento.

No caso de desligamento do participante por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, estejam elas aptas para exercício segundo as regras da reserva de direito, estarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social³:

A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da Companhia detidas pelos administradores da Companhia:

Órgão	Ações	
	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	19	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	19	0%

Conforme o disposto na seção 15 abaixo, a Companhia é diretamente controlada pela FB Participações S.A. (“**FB**”), A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da FB detidas pelos administradores da Companhia:

Órgão	Ações	
	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	3	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	3	0%

A FB, por sua vez, é controlada por J&F Participações S.A., FIP Bertin e ZMF Fundo de Investimento em Participações (“**ZMF Fundo**”).

³ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

A J&F é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JBBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda.. As tabelas abaixo demonstram a quantidade de quotas de emissão de cada uma dessas sociedades que são detidas pelos administradores da Companhia:

ZMF Participações Ltda.

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.989	99,99%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.989	99,99%

WWMB Participações Ltda.

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.999 ⁽¹⁾	100%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.999 ⁽¹⁾	100%

JJMB Participações Ltda.

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.999	100%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.999	100%

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam discriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

VNMB Participações Ltda.

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.999	100%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.999	100%

VLBM Participações Ltda.

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.999	100%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.999	100%

JJB Participações Ltda.

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.999	100%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.999	100%

ZMF Fundo

Órgão	Quotas	
	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	30,5	83,33%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	30,5	83,33%

O ZMF Fundo é controlado por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos. A tabela acima já evidencia a quantidade de quotas de emissão do ZMF Fundo que são detidas pelos administradores da Companhia.

Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.⁴:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

⁴ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também fazem parte daquele órgão.

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social⁵:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. Modelo de precificação:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

⁵ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

Não há.

Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2011	Conselho De Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	11,0	4,0	4,7
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	240.000,0	2.067.769,1	75.000,0
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	240.000,0	641.070,2	75.000,0
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	240.000,0	1.077.162,8	74.468,1
2010	Conselho De Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	9,7	3,0	4,3
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	240.000,0	1.882.583,2	67.500,0
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	240.000,0	414.282,2	67.500,0
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	240.000,0	1.274.477,9	62.307,7
2009	Conselho De Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	5,4	3,1	4,3
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	120.000,0	1.954.239,3	30.000,0
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	120.000,0	646.921,1	30.000,0
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	125.925,9	1.158.560,4	29.651,2
⁽¹⁾ Valor médio de remuneração considerando a remuneração total paga aos Conselheiros da Companhia durante 12 meses, incluindo aqueles Conselheiros que ficaram no cargo por menos de 12 meses.			

Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não há.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Percentual da Remuneração dos Órgãos			
	Conselho de Administração		
	2009	2010	2011
Pessoas Ligadas à FB Participações S.A.	480.000,0	1.440.000,0	1.440.000,0
Total do Conselho de Administração	680.000,0	2.320.000,0	2.640.000,0
Participação de Pessoas Ligadas	70,6%	62,1%	54,5%
	Diretoria Executiva		
	2009	2010	2011
Pessoas Ligadas à FB Participações S.A.	1.954.239,3	1.954.239,3	2.067.769,1
Total da Diretoria Executiva	3.591.537,3	3.823.433,6	4.308.651,0
Participação de Pessoas Ligadas	54,4%	51,1%	48,0%
	Conselho Fiscal		
	2009	2010	2011
Pessoas Ligadas à FB Participações S.A.	0,0	0,0	0,0
Total do Conselho Fiscal	127.500,0	150.000,0	350.000,0
Participação de Pessoas Ligadas	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os conselheiros Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista e José Batista Junior são também conselheiros da JBS USA, porém não receberam qualquer remuneração pelo exercício do cargo por parte da JBS USA.

Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

ANEXO V (a)
CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL MOSTRANDO, EM DESTAQUE, AS ALTERAÇÕES
PROPOSTAS

(conforme art. 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

REDAÇÃO ATUAL	ALTERAÇÕES PROPOSTAS (EM DESTAQUE)	JUSTIFICATIVAS
CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO	CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO	
Artigo 1º A JBS S.A. (“ Companhia ”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.	Artigo 1º A JBS S.A. (“ Companhia ”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.	
Artigo 2º A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, CEP 05118-100. Parágrafo Único A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria, observado o disposto no artigo 19, inciso XI deste Estatuto Social.	Artigo 2º A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, CEP 05118-100. Parágrafo Único A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria, observado o disposto no artigo 19, inciso XI deste Estatuto Social.	
Artigo 3º O ramo de atividade mercantil da Companhia é de (a) escritório administrativo; (b) exploração por conta própria de abatedouro e frigorificação de bovinos,	Artigo 3º O ramo de atividade mercantil da Companhia é de (a) escritório administrativo; (b) exploração por conta própria de abatedouro e frigorificação de bovinos,	

<p>industrialização, distribuição e comercialização de produtos alimentícios in natura ou industrializados e de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e seus derivados (incluindo, sem limitação, bovinos, suínos, ovinos e peixes em geral); (c) processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais, conservas, gorduras, rações, enlatados, importação e exportação dos produtos derivados; (d) industrialização de produtos para animais de estimação, de aditivos nutricionais para ração animal, de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; (e) compra, venda, cria, recria, engorda e abate de bovinos, em estabelecimento próprio e de terceiros; (f) matadouro com abate de bovinos e preparação de carnes para terceiros; (g) indústria, comércio, importação, exportação de sebo bovino, farinha de carne, farinha de osso e rações; (h) compra e venda, distribuição e representação de gêneros alimentícios, uniformes e roupas com prestação de serviços de confecções em geral; (i) beneficiamento, comercialização atacadista, importação e exportação de couros e peles, chifres, ossos, cascos, crinas, lãs, pelos e cerdas em bruto, penas e plumas e proteína animal; (j) distribuição e comercialização de bebidas, doces e utensílios para churrasco, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do</p>	<p>industrialização, distribuição e comercialização de produtos alimentícios in natura ou industrializados e de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e seus derivados (incluindo, sem limitação, bovinos, suínos, ovinos e peixes em geral); (c) processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais, conservas, gorduras, rações, enlatados, importação e exportação dos produtos derivados; (d) industrialização de produtos para animais de estimação, de aditivos nutricionais para ração animal, de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; (e) compra, venda, cria, recria, engorda e abate de bovinos, em estabelecimento próprio e de terceiros; (f) matadouro com abate de bovinos e preparação de carnes para terceiros; (g) indústria, comércio, importação, exportação de sebo bovino, farinha de carne, farinha de osso e rações; (h) compra e venda, distribuição e representação de gêneros alimentícios, uniformes e roupas com prestação de serviços de confecções em geral; (i) beneficiamento, comercialização atacadista, importação e exportação de couros e peles, chifres, ossos, cascos, crinas, lãs, pelos e cerdas em bruto, penas e plumas e proteína animal; (j) distribuição e comercialização de bebidas, doces e utensílios para churrasco, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do</p>	
---	---	--

<p>necessário para exercê-las; (k) industrialização, distribuição e comercialização de produtos saneantes-domissanitários, de higiene; (l) industrialização, distribuição, comercialização importação, exportação, beneficiamento, representação de produtos de perfumaria e artigos de toucador, de produtos de limpeza e de higiene pessoal e doméstica, de produtos cosméticos e de uso pessoal; (m) importação e exportação, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, e “l” do objeto social da Companhia; (n) industrialização, locação e vendas de máquinas e equipamentos em geral e a montagem de painéis elétricos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las, não podendo esta atividade representar mais que 0,5% do faturamento anual da Companhia; (o) comércio de produtos químicos, desde que relacionados às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (p) industrialização, comercialização, importação e exportação de plásticos, produtos de matérias plásticas, sucatas em geral, fertilizantes corretivos, adubos orgânicos e minerais para agricultura, retirada e tratamento biológico de resíduos orgânicos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e</p>	<p>necessário para exercê-las; (k) industrialização, distribuição e comercialização de produtos saneantes-domissanitários, de higiene; (l) industrialização, distribuição, comercialização importação, exportação, beneficiamento, representação de produtos de perfumaria e artigos de toucador, de produtos de limpeza e de higiene pessoal e doméstica, de produtos cosméticos e de uso pessoal; (m) importação e exportação, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, e “l” do objeto social da Companhia; (n) industrialização, locação e vendas de máquinas e equipamentos em geral e a montagem de painéis elétricos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las, não podendo esta atividade representar mais que 0,5% do faturamento anual da Companhia; (o) comércio de produtos químicos, desde que relacionados às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (p) industrialização, comercialização, importação e exportação de plásticos, produtos de matérias plásticas, sucatas em geral, fertilizantes corretivos, adubos orgânicos e minerais para agricultura, retirada e tratamento biológico de resíduos orgânicos, desde que relacionadas às atividades constantes</p>	
--	---	--

<p>“m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las; (q) estamparia, fabricação de latas, preparação de bobinas de aço (flandres e cromada) e envernizamento de folhas de aço, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (r) depósito fechado; (s) armazéns gerais, de acordo com Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, para guarda e conservação de mercadorias perecíveis de terceiros; (t) transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; (u) produção, geração e comercialização de energia elétrica, e cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação com autorização do Poder Público competente; (v) produção, comercialização, importação e exportação de biocombustível, biodiesel e seus derivados; (w) a industrialização, distribuição, comercialização e armazenagem de produtos químicos em geral; (x) produção, comércio de biodiesel a partir de gordura animal, óleo vegetal e subprodutos e bioenergia, importação; (y) comercialização de matérias primas agrícolas em geral; (z) industrialização, distribuição, comercialização e armazenagem de produtos e sub produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, glicerina e sub produtos de origem animal e vegetal; (aa) intermediação e</p>	<p>das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las; (q) estamparia, fabricação de latas, preparação de bobinas de aço (flandres e cromada) e envernizamento de folhas de aço, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (r) depósito fechado; (s) armazéns gerais, de acordo com Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, para guarda e conservação de mercadorias perecíveis de terceiros; (t) transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; (u) produção, geração e comercialização de energia elétrica, e cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação com autorização do Poder Público competente; (v) produção, comercialização, importação e exportação de biocombustível, biodiesel e seus derivados; (w) a industrialização, distribuição, comercialização e armazenagem de produtos químicos em geral; (x) produção, comércio de biodiesel a partir de gordura animal, óleo vegetal e subprodutos e bioenergia, importação; (y) comercialização de matérias primas agrícolas em geral; (z) industrialização, distribuição, comercialização e armazenagem de produtos e sub produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, glicerina e sub produtos de origem</p>	
---	---	--

<p>agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (ab) prestação de serviços de análises laboratoriais, testes e análises técnicas; (ac) fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais; (ad) fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; (ae) comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; (af) fabricação de aditivos de uso industrial; (ag) fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho; (ah) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (ai) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis; (aj) moagem de trigo e fabricação de derivados; (ak) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; (al) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (am) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (an) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à fabricação e venda de produtos da companhia; (ao) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão,</p>	<p>animal e vegetal; (aa) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (ab) prestação de serviços de análises laboratoriais, testes e análises técnicas; (ac) fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais; (ad) fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; (ae) comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; (af) fabricação de aditivos de uso industrial; (ag) fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho; (ah) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (ai) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis; (aj) moagem de trigo e fabricação de derivados; (ak) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; (al) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (am) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (an) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à fabricação e venda de produtos da companhia;</p>	
--	--	--

<p>consignação e representação de vinagres, bebidas em geral, doces e conservas; (ap) prestação de serviços e assistência técnica a agricultores pecuaristas rurais; (aq) participação em outras sociedades no país e exterior, como sócia, acionista ou associada; (ar) produção, geração e comercialização de energia elétrica; e (as) cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação.</p> <p>Parágrafo Único A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º, bem como participar de outras sociedades, no país ou no exterior.</p>	<p>(ao) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de vinagres, bebidas em geral, doces e conservas; (ap) prestação de serviços e assistência técnica a agricultores pecuaristas rurais; (aq) participação em outras sociedades no país e exterior, como sócia, acionista ou associada; (ar) produção, geração e comercialização de energia elétrica; e (as) cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação.</p> <p>Parágrafo Único A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º, bem como participar de outras sociedades, no país ou no exterior.</p>	
<p>Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	<p>Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL</p>	
<p>Artigo 5º O capital social é de R\$ 21.561.112.078,68 (vinte e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cento e doze mil, setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), dividido em 3.061.444.191 (três bilhões, sessenta e um milhões, quatrocentas e quarenta e quatro mil, cento e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.</p>	<p>Artigo 5º O capital social é de R\$ 21.561.112.078,68 (vinte e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cento e doze mil, setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), dividido em <u>2.963.924.296 (dois bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, novecentas e vinte e quatro mil e duzentas e noventa e seis)</u> 3.061.444.191 (três bilhões, sessenta e um milhões, quatrocentas e quarenta e</p>	<p>Referendar e consignar o número de ações em que se divide o capital social, tendo em vista o cancelamento das 97.519.895 ações mantidas em tesouraria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da</p>

	<p>quatro mil, cento e noventa e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.</p>	<p>Companhia em reunião realizada em 31 de janeiro de 2012.</p>
<p>Artigo 6º A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 1.376.634.735 (um bilhão, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, setecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p> <p>Parágrafo 1º Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.</p> <p>Parágrafo 2º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias.</p> <p>Parágrafo 3º Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que</p>	<p>Artigo 6º A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 1.376.634.735 (um bilhão, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, setecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p> <p>Parágrafo 1º Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.</p> <p>Parágrafo 2º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias.</p> <p>Parágrafo 3º Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços</p>	

<p>prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.</p> <p>Parágrafo 4º É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.</p> <p>Parágrafo 5º A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.</p>	<p>a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.</p> <p>Parágrafo 4º É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.</p> <p>Parágrafo 5º A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.</p>	
<p>Artigo 7º O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.</p>	<p>Artigo 7º O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.</p>	
<p>Artigo 8º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.</p> <p>Parágrafo Único O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.</p>	<p>Artigo 8º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.</p> <p>Parágrafo Único O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.</p>	
<p>Artigo 9º A critério do Conselho</p>	<p>Artigo 9º A critério do Conselho</p>	

<p>de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.</p>	<p>de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL</p>	
<p>Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) ou deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 1º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias.</p> <p>Parágrafo 2º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no artigo 54,</p>	<p>Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) ou deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 1º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias.</p> <p>Parágrafo 2º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no artigo 54, Parágrafo 1º,</p>	

<p>Parágrafo 1º, deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 3º A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.</p> <p>Parágrafo 4º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Parágrafo 5º Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.</p> <p>Parágrafo 6º As atas de Assembleia deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e</p>	<p>deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 3º A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.</p> <p>Parágrafo 4º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Parágrafo 5º Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.</p> <p>Parágrafo 6º As atas de Assembleia deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e</p>	
--	--	--

publicadas com omissão das assinaturas.	publicadas com omissão das assinaturas.	
Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.	Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.	
Artigo 12 Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; III. reformar o Estatuto Social; IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; VI. aprovar planos de opção de	Artigo 12 Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; III. reformar o Estatuto Social; IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; VI. aprovar planos de opção de	

<p>compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;</p> <p>VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;</p> <p>VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;</p> <p>IX. deliberar a saída do segmento especial de listagem denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA (“BM&FBOVESPA”), nas hipóteses previstas no Capítulo VII, Seção III, deste Estatuto Social;</p> <p>X. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;</p> <p>XI. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo</p>	<p>compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;</p> <p>VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;</p> <p>VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;</p> <p>IX. deliberar a saída do segmento especial de listagem denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA (“BM&FBOVESPA”), nas hipóteses previstas no Capítulo VII, Seção III, deste Estatuto Social;</p> <p>X. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;</p> <p>XI. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e</p>	
--	---	--

<p>Conselho de Administração; E</p> <p>XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.</p>	<p>XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração</p>	
<p>Artigo 13 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.</p> <p>Parágrafo 1º A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, sendo que a sua posse será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto regulamento do Novo Mercado (“Regulamento de Listagem do Novo Mercado”), da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.</p> <p>Parágrafo 2º Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.</p>	<p>Artigo 13 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.</p> <p>Parágrafo 1º A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, sendo que a sua posse será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto regulamento do Novo Mercado (“Regulamento de Listagem do Novo Mercado”), da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.</p> <p>Parágrafo 2º Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.</p>	
<p>Artigo 14 A Assembleia Geral</p>	<p>Artigo 14 A Assembleia Geral</p>	

fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.	fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.	
<p>Artigo 15 Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.</p> <p>Parágrafo Único Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.</p>	<p>Artigo 15 Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.</p> <p>Parágrafo Único Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.</p>	
Seção II - Conselho de Administração	Seção II - Conselho de Administração	
Artigo 16 O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo	Artigo 16 O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo	

<p>permitida a reeleição.</p> <p>Parágrafo 1º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.</p> <p>Parágrafo 2º No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no Parágrafo 3º deste artigo. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).</p> <p>Parágrafo 3º Para os fins deste artigo, o termo “Conselheiro Independente” significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador (conforme definido no artigo 43 deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou a entidade relacionada ao Controlador</p>	<p>permitida a reeleição.</p> <p>Parágrafo 1º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.</p> <p>Parágrafo 2º No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no Parágrafo 3º deste artigo. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).</p> <p>Parágrafo 3º Para os fins deste artigo, o termo “Conselheiro Independente” significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador (conforme definido no artigo 43 deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou a entidade relacionada ao Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a</p>	
---	--	--

<p>(ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.</p> <p>Parágrafo 4º Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.</p> <p>Parágrafo 5º A Assembleia Geral</p>	<p>instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.</p> <p>Parágrafo 4º Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.</p> <p>Parágrafo 5º A Assembleia Geral</p>	
---	--	--

<p>poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 6º O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha interesse conflitante com os interesses da Companhia.</p> <p>Parágrafo 7º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares, sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.</p> <p>Parágrafo 8º Nos casos de vacância do cargo de Conselheiro, o respectivo suplente, se houver, ocupará o seu lugar; não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira assembleia geral.</p>	<p>poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 6º O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha interesse conflitante com os interesses da Companhia.</p> <p>Parágrafo 7º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares, sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.</p> <p>Parágrafo 8º Nos casos de vacância do cargo de Conselheiro, o respectivo suplente, se houver, ocupará o seu lugar; não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira assembleia geral.</p>	
<p>Artigo 17 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do</p>	<p>Artigo 17 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do</p>	

<p>Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.</p> <p>Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos.</p> <p>Parágrafo 2º Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.</p> <p>Parágrafo 3º O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de</p>	<p>Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.</p> <p>Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos, <u>observado o disposto no artigo 11 deste Estatuto Social.</u></p> <p>Parágrafo 2º Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.</p> <p>Parágrafo 3º O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de</p>	<p>Alteração para esclarecer que o parágrafo 1º está sujeito aos termos do Artigo 11 do Estatuto Social.</p> <p>Adaptar a cláusula para esclarecer que, em caso de ausências e impedimentos temporários do Presidente do Conselho, os demais membros do Conselho indicarão seu</p>
--	--	--

<p>Administração indicado pelo Presidente.</p> <p>Parágrafo 4º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.</p>	<p>Administração <u>indicado pelos demais membros do Conselho de Administração</u> indicado pelo Presidente.</p> <p>Parágrafo 4º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.</p>	<p>substituto.</p>
<p>Artigo 18 O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por trimestre; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo. As reuniões do Conselho serão realizadas mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.</p>	<p>Artigo 18 O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por trimestre; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo. As reuniões do Conselho serão realizadas mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.</p>	

<p>Parágrafo 1º As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.</p> <p>Parágrafo 2º Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.</p>	<p>Parágrafo 1º As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.</p> <p>Parágrafo 2º Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.</p>	
<p>Artigo 19 Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:</p> <p>I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;</p> <p>II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;</p> <p>III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;</p>	<p>Artigo 19 Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:</p> <p>I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;</p> <p>II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;</p> <p>III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;</p>	

<p>IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;</p> <p>V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;</p> <p>VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;</p> <p>VII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros;</p> <p>VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros</p>	<p>IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;</p> <p>V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;</p> <p>VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;</p> <p>VII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros;</p> <p>VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros</p>	
---	---	--

<p>sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;</p> <p>X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;</p> <p>XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no país ou no exterior;</p> <p>XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;</p> <p>XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis,</p>	<p>sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;</p> <p>X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;</p> <p>XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no país ou no exterior;</p> <p>XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;</p> <p>XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis,</p>	
--	--	--

<p>cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;</p> <p>XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias, como previsto no parágrafo 2º do artigo 6º deste Estatuto Social;</p> <p>XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;</p> <p>XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;</p> <p>XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;</p> <p>XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de</p>	<p>cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;</p> <p>XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias, como previsto no parágrafo 2º do artigo 6º deste Estatuto Social;</p> <p>XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;</p> <p>XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;</p> <p>XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;</p> <p>XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de</p>	
--	--	--

<p>subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;</p> <p>XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;</p> <p>XX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;</p> <p>XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;</p> <p>XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;</p> <p>XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação</p>	<p>subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;</p> <p>XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;</p> <p>XX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;</p> <p>XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;</p> <p>XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;</p> <p>XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do</p>	
---	--	--

<p>de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;</p> <p>XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;</p> <p>XXV. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;</p> <p>XXVI. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de</p>	<p>ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;</p> <p>XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;</p> <p>XXV. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;</p> <p>XXVI. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de</p>	
---	--	--

<p>empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;</p> <p>XXVII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor (que não o Diretor Presidente), do que se lavrará ata no livro próprio;</p> <p>XXVIII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;</p> <p>XXIX. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;</p> <p>XXX. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para fins de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 54, Parágrafo 1º deste Estatuto Social;</p> <p>XXXI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os</p>	<p>empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;</p> <p>XXVII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor (que não o Diretor Presidente), do que se lavrará ata no livro próprio;</p> <p>XXVIII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;</p> <p>XXIX. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;</p> <p>XXX. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para fins de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 54, Parágrafo 1º deste Estatuto Social;</p> <p>XXXI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os</p>	
--	--	--

<p>membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;</p> <p>XXXII. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências;</p> <p>XXXIII. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e</p> <p>XXXIV. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas</p>	<p>membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;</p> <p>XXXII. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências;</p> <p>XXXIII. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e</p> <p>XXXIV. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas</p>	
---	---	--

pela CVM.	pela CVM.	
Seção III - Diretoria	Seção III - Diretoria	
<p>Artigo 20 A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor de Administração e Controle, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Executivo de Relações Institucionais e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 3 (três) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.</p> <p>Parágrafo 1º Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição de Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>Parágrafo 2º Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Presidente, ou, em se tratando do Diretor de Relações com Investidores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, o Conselho de Administração será</p>	<p>Artigo 20 A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor de Administração e Controle, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Executivo de Relações Institucionais e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 3 (três) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.</p> <p>Parágrafo 1º Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição de Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>Parágrafo 2º Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Presidente, ou, em se tratando do Diretor de Relações com Investidores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, o Conselho de Administração será</p>	

<p>convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.</p> <p>Parágrafo 3º No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor de Administração e Controle ou, na falta deste, pelos Diretores de Finanças, de Relações com Investidores e Executivo de Relações Institucionais, agindo em conjunto de 2 (dois), observado o disposto no artigo 19, XXVII deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 4º Nos casos de vacância do cargo de qualquer membro da Diretoria, as funções desempenhadas pelo membro substituído serão atribuídas a outro membro da Diretoria escolhido pelos Diretores remanescentes.</p>	<p>convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.</p> <p>Parágrafo 3º No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor de Administração e Controle ou, na falta deste, pelos Diretores de Finanças, de Relações com Investidores e Executivo de Relações Institucionais. <u>Não obstante o acima exposto, exceto quando representada pelo Diretor Presidente ou na hipótese do artigo 19, XXVII, a Companhia será representada necessariamente por 2 (dois) diretores conforme o disposto no artigo 32 deste Estatuto Social.</u> agindo em conjunto de 2 (dois), observado o disposto no artigo 19, XXVII deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 4º Nos casos de vacância do cargo de qualquer membro da Diretoria, as funções desempenhadas pelo membro substituído serão atribuídas a outro membro da Diretoria escolhido pelos Diretores remanescentes.</p>	<p>Alteração para esclarecer a forma de representação da Companhia</p>
<p>Artigo 21 Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do</p>	<p>Artigo 21 Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do</p>	

<p>plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.</p>	<p>plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.</p>	
<p>Artigo 22 Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de contabilidade, Tecnologia da Informação, Contas a Receber/Crédito, Contas a Pagar e Administrativo; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	<p>Artigo 22 Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de Contabilidade, Tecnologia da Informação, Contas a Receber/Crédito, Contas a Pagar e Administrativo; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	
<p>Artigo 23 Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Companhia; (ii) dirigir e</p>	<p>Artigo 23 Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Companhia; (ii) dirigir e</p>	

<p>orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de <i>hedge</i> pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	<p>orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de <i>hedge</i> pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	
<p>Artigo 24 Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	<p>Artigo 24 Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	
<p>Artigo 25 Compete ao Diretor Executivo de Relações Institucionais: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas Jurídica, de Marketing Institucional, de Relação com a Imprensa e de Tributário da Companhia; (ii) coordenar, administrar e dirigir as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (iii) coordenar as atividades do Conselho</p>	<p>Artigo 25 Compete ao Diretor Executivo de Relações Institucionais: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas Jurídica, de Marketing Institucional, de Relação com a Imprensa e de Tributos da Companhia; (ii) coordenar, administrar e dirigir as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (iii) coordenar as atividades do Conselho de</p>	

<p>de Administração da Companhia; (iv) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia relativas às áreas mencionadas no item (i) acima; (v) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia; (vi) opinar sobre a contratação de advogados externos; (vii) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (viii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	<p>Administração da Companhia; (iv) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia relativas às áreas mencionadas no item (i) acima; (v) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia; (vi) opinar sobre a contratação de advogados externos; (vii) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (viii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	
<p>Artigo 26 Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	<p>Artigo 26 Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.</p>	
<p>Artigo 27 A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou</p>	<p>Artigo 27 A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias</p>	

<p>estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:</p> <p>I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;</p> <p>II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;</p> <p>III. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;</p> <p>IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do país ou do exterior;</p> <p>V. decidir sobre qualquer assunto</p>	<p>pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:</p> <p>I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;</p> <p>II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;</p> <p>III. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;</p> <p>IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do país ou do exterior;</p> <p>V. decidir sobre qualquer assunto</p>	
---	--	--

<p>que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e</p> <p>VI. convocar a Assembleia Geral, no caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração</p>	<p>que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e</p> <p>VI. convocar a Assembleia Geral, no caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração.</p>	
<p>Artigo 28 A Diretoria se reúne validamente com a presença de 2 (dois) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.</p>	<p>Artigo 28 A Diretoria se reúne validamente com a presença de 2 (dois) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.</p>	
<p>Artigo 29 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.</p>	<p>Artigo 29 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.</p>	
<p>Artigo 30 As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.</p>	<p>Artigo 30 As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.</p>	
<p>Artigo 31 Todas as deliberações</p>	<p>Artigo 31 Todas as deliberações</p>	

<p>da Diretoria constarão de atas lavradas no livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.</p>	<p>da Diretoria constarão de atas lavradas no livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.</p>	
<p>Artigo 32 A Companhia será sempre representada, em todos os atos, pela assinatura isolada do Diretor Presidente; e, na sua ausência, pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto ou, na falta destes, pela assinatura de um ou mais procuradores especialmente nomeados para tanto de acordo com o parágrafo 1º abaixo, observado o disposto no artigo 19, XXVII, deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 1º Todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente individualmente, ou, na falta deste, por 2 (dois) Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações <i>ad judicium</i>, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.</p> <p>Parágrafo 2º São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo</p>	<p>Artigo 32 A Companhia será sempre representada, em todos os atos, pela assinatura isolada do Diretor Presidente; e, na sua ausência, pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto ou, na falta destes, pela assinatura de um ou mais procuradores especialmente nomeados para tanto de acordo com o parágrafo 1º abaixo, observado o disposto no artigo 19, XXVII, deste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 1º Todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente individualmente, ou, na falta deste, por 2 (dois) Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações <i>ad judicium</i>, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.</p> <p>Parágrafo 2º São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo</p>	

quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião.	quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião.	
CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL	CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL	
Artigo 33 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.	Artigo 33 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.	
<p>Artigo 34 O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.</p> <p>Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.</p> <p>Parágrafo 3º A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, sendo que a posse dos membros do Conselho Fiscal será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos</p>	<p>Artigo 34 O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.</p> <p>Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.</p> <p>Parágrafo 3º A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, sendo que a posse dos membros do Conselho Fiscal será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem</p>	

<p>legais aplicáveis.</p> <p>Parágrafo 4º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.</p> <p>Parágrafo 5º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.</p>	<p>como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.</p> <p>Parágrafo 4º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.</p> <p>Parágrafo 5º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.</p>	
<p>Artigo 35 O Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.</p> <p>Parágrafo 1º Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.</p> <p>Parágrafo 2º O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.</p> <p>Parágrafo 3º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.</p>	<p>Artigo 35 O Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.</p> <p>Parágrafo 1º Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.</p> <p>Parágrafo 2º O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.</p> <p>Parágrafo 3º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.</p>	

<p>Artigo 36 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Artigo 36 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS</p>	
<p>Artigo 37 O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p>Parágrafo Único Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.</p>	<p>Artigo 37 O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p>Parágrafo Único Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.</p>	
<p>Artigo 38 Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no parágrafo 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:</p> <p>a. 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte</p>	<p>Artigo 38 Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no parágrafo 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte</p>	

<p>por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>b. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>c. Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva para contingências conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento);</p> <p>d. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por</p>	<p>por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>(c) Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva para contingências conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento);</p> <p>(d) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por</p>	
--	---	--

<p>Ações; e</p> <p>e. Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias serão destinados à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.</p> <p>Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Parágrafo 2º A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.</p>	<p>Ações; e</p> <p>(e) Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias serão destinados à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.</p> <p>Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Parágrafo 2º A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.</p>	
<p>Artigo 39 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do</p>	<p>Artigo 39 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do</p>	

<p>capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 1º Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.</p> <p>Parágrafo 2º O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.</p>	<p>capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo 1º Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.</p> <p>Parágrafo 2º O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.</p>	
<p>Artigo 40 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:</p> <p>(a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral,</p>	<p>Artigo 40 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:</p> <p>(a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral,</p>	

<p>imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;</p> <p>(b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e</p> <p>(c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.</p>	<p>imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;</p> <p>(b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e</p> <p>(c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.</p>	
<p>Artigo 41 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as constituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.</p>	<p>Artigo 41 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as constituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.</p>	
<p>Artigo 42 Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.</p>	<p>Artigo 42 Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA</p>	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA</p>	

<p style="text-align: center;">ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Definições</p>	<p style="text-align: center;">ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA</p> <p style="text-align: center;">Seção I - Definições</p>	
<p>Artigo 43 Para fins de interpretação deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:</p> <p>“Acionista Controlador” significa o acionista ou o grupo de acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do Controle da Companhia.</p> <p>“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.</p> <p>“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de</p>	<p>Artigo 43 Para fins de interpretação deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:</p> <p>“Acionista Controlador” significa o acionista ou o grupo de acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do Controle da Companhia.</p> <p>“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.</p> <p>“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de</p>	

<p>Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.</p> <p>“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.</p> <p>“Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.</p> <p>“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.</p>	<p>Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.</p> <p>“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.</p> <p>“Poder de Controle” ou “Controle” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.</p> <p>“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.</p>	
<p>Seção II – Alienação do Controle da Companhia</p>	<p>Seção II – Alienação do Controle da Companhia</p>	
<p>Artigo 44 A Alienação do</p>	<p>Artigo 44 A Alienação do</p>	

<p>Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</p> <p>Parágrafo 1º O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo 2º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo 3º Nenhum Acordo de</p>	<p>Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</p> <p>Parágrafo 1º O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo 2º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo 3º Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o</p>	
--	--	--

<p>Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p>	<p>exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p>	
<p>Artigo 45 A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:</p> <p>I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou</p> <p>II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.</p>	<p>Artigo 45 A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:</p> <p>I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou</p> <p>II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.</p>	
<p>Artigo 46 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:</p> <p>I. efetivar a oferta pública referida no</p>	<p>Artigo 46 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:</p> <p>I. efetivar a oferta pública referida no</p>	

<p>artigo 44 deste Estatuto Social;</p> <p>II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;</p> <p>III. Tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.</p>	<p>artigo 44 deste Estatuto Social;</p> <p>II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;</p> <p>III. Tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.</p>	
<p>Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado</p>	<p>Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado</p>	
<p>Artigo 47 Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p>	<p>Artigo 47 Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p>	

<p>Artigo 48 Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	<p>Artigo 48 Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	
<p>Artigo 49 Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que seus valores mobiliários passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual os valores mobiliários da companhia resultante não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 54 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e</p>	<p>Artigo 49 Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que seus valores mobiliários passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual os valores mobiliários da companhia resultante não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 54 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e</p>	

<p>divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.</p>	<p>divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.</p>	
<p>Artigo 50 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.</p>	<p>Artigo 50 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.</p>	
<p>Artigo 51 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida</p>	<p>Artigo 51 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida</p>	

<p>operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 49.</p> <p>Parágrafo 1º A Assembleia referida no <i>caput</i> deste artigo deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p> <p>Parágrafo 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.</p>	<p>operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 49.</p> <p>Parágrafo 1º A Assembleia referida no <i>caput</i> deste artigo deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p> <p>Parágrafo 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.</p>	
<p>Artigo 52 Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de</p>	<p>Artigo 52 Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de</p>	

<p>Listagem do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 1º Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no <i>caput</i> deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia, observado o disposto no artigo 123, “b” e “c” da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Parágrafo 2º O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no <i>caput</i> e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.</p>	<p>Listagem do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo 1º Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no <i>caput</i> deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia, observado o disposto no artigo 123, “b” e “c” da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Parágrafo 2º O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no <i>caput</i> e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível dentro do prazo concedido pelo Regulamento do Novo Mercado ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.</p>	<p>Esclarecer o prazo para sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.</p>
<p>Artigo 53 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de</p>	<p>Artigo 53 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de</p>	

<p>Listagem do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p> <p>Parágrafo 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>Parágrafo 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no <i>caput</i> decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i>.</p> <p>Parágrafo 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no <i>caput</i> ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado, observado o disposto no artigo 51 parágrafos 1º e 2º deste Estatuto</p>	<p>Listagem do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p> <p>Parágrafo 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>Parágrafo 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no <i>caput</i> decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i>.</p> <p>Parágrafo 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no <i>caput</i> ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado, observado o disposto no artigo 51 parágrafos 1º e 2º deste Estatuto</p>	
--	--	--

<p>Social.</p> <p>Parágrafo 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i>, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p>	<p>Social.</p> <p>Parágrafo 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i>, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p>	
<p>Artigo 54 O laudo de avaliação das ofertas públicas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou seu(s) Acionista(s) Controlador(es), devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º.</p> <p>Parágrafo 1º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de</p>	<p>Artigo 54 O laudo de avaliação das ofertas públicas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou seu(s) Acionista(s) Controlador(es), devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º.</p> <p>Parágrafo 1º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, ou de saída da</p>	

<p>companhia aberta, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A assembleia prevista neste parágrafo 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.</p> <p>Parágrafo 2º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso</p>	<p>Companhia do Novo Mercado, é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A assembleia prevista neste parágrafo 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.</p> <p>Parágrafo 2º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.</p>	
<p>Seção IV - Proteção da Dispersão da Base Acionária</p>	<p>Seção IV - Proteção da Dispersão da Base Acionária</p>	
<p>Artigo 55 Qualquer Comprador (conforme definido no parágrafo 11 deste artigo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos,</p>	<p>Artigo 55 Qualquer Comprador (conforme definido no parágrafo 11 deste artigo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos,</p>	

<p>inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo. O Comprador deverá solicitar o registro da referida oferta no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.</p> <p>Parágrafo 1º A oferta pública de aquisição de ações deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta de ações de emissão da Companhia.</p> <p>Parágrafo 2º O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do Valor Econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 135% (cento e trinta e cinco por cento)</p>	<p>inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo. O Comprador deverá solicitar o registro da referida oferta no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.</p> <p>Parágrafo 1º A oferta pública de aquisição de ações deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta de ações de emissão da Companhia.</p> <p>Parágrafo 2º O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do Valor Econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 135% (cento e trinta e cinco por</p>	
--	---	--

<p>do preço de emissão de ações verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo; (iii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta, ponderada pelo volume de negociação na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo Comprador , a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação na Companhia na oferta que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da oferta prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.</p>	<p>cento) do preço de emissão de ações verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo; (iii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta, ponderada pelo volume de negociação na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo Comprador , a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação na Companhia na oferta que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da oferta prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.</p>	
---	--	--

<p>Parágrafo 3º A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no <i>caput</i> deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>Parágrafo 4º O Comprador estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.</p> <p>Parágrafo 5º Na hipótese do Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos: (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Comprador não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em</p>	<p>Parágrafo 3º A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no <i>caput</i> deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>Parágrafo 4º O Comprador estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.</p> <p>Parágrafo 5º Na hipótese do Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos: (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Comprador não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em</p>	
---	---	--

<p>decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.</p> <p>Parágrafo 6º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado, aplicando-se</p>	<p>decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.</p> <p>Parágrafo 6º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores</p>	
--	--	--

<p>exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 7º Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no <i>caput</i> deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.</p> <p>Parágrafo 8º A Assembleia Geral poderá dispensar o Comprador da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo, caso seja do interesse da Companhia.</p> <p>Parágrafo 9º Os acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem assembleia especial de acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da aquisição, cujo laudo de avaliação deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no artigo 54, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na</p>	<p>que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo 7º Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no <i>caput</i> deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.</p> <p>Parágrafo 8º A Assembleia Geral poderá dispensar o Comprador da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo, caso seja do interesse da Companhia.</p> <p>Parágrafo 9º Os acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem assembleia especial de acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da aquisição, cujo laudo de avaliação deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no artigo 54, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na</p>	
---	---	--

<p>regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nos termos deste Capítulo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Comprador.</p> <p>Parágrafo 10 Caso a assembleia especial referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma assembleia especial.</p> <p>Parágrafo 11 Para fins de interpretação deste artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:</p> <p>“Comprador” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.</p> <p>“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por</p>	<p>regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nos termos deste Capítulo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Comprador .</p> <p>Parágrafo 10 Caso a assembleia especial referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma assembleia especial.</p> <p>Parágrafo 11 Para fins de interpretação deste artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:</p> <p>“Comprador” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.</p> <p>“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por</p>	
--	---	--

contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.	contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.	
Seção V - Disposições Comuns	Seção V - Disposições Comuns	
<p>Artigo 56 É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.</p> <p>Parágrafo Único As disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.</p>	<p>Artigo 56 É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.</p> <p>Parágrafo Único As disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.</p>	
Artigo 57 Os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Capítulo VII deste	Artigo 57 Os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Capítulo VII deste	

<p>Estatuto, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.</p>	<p>Estatuto, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.</p>	
---	---	--

CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL	CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL	
<p>Artigo 58 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.</p> <p>Parágrafo 1º Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído</p>	<p>Artigo 58 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.</p> <p>Parágrafo 1º Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, <u>o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.</u></p>	<p>Adaptar o Artigo às novas regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.</p>

<p>ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.</p> <p>Parágrafo 2º A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no procedimento de Arbitragem Ordinária prevista no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA</p>	<p>qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.</p> <p>Parágrafo 2º A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no procedimento de Arbitragem Ordinária prevista no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA</p>	<p>Adaptar o Artigo às novas regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.</p>
--	--	--

Artigo 59 A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.	Artigo 59 A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.	
CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
Artigo 60 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.	Artigo 60 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.	
Artigo 61 A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.	Artigo 61 A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.	
Artigo 62 A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas e a terceiros, em sua sede, os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.	Artigo 62 A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas e a terceiros, em sua sede, os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.	

<p>Artigo 63 Fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, vender quaisquer contratos de opções (direta ou indiretamente), ou ainda firmar contratos de opção em que figure como lançador, com exceção das sociedades que possuam tal atividade em seu objeto social. São definidas como opções de compra (<i>calls</i>) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de comprar o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço; e como opções de venda (<i>puts</i>) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de vender o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço. Para efeitos desse artigo serão considerados contratos de opção aqueles que direta ou indiretamente, de forma expressa ou implícita, proporcionem qualquer vantagem à Companhia em contrapartida a uma volatilidade do mercado, ou seja, quando há risco de oscilação do preço do ativo objeto do contrato. Dentre as quais, mas não se limitando a estas, quaisquer operações nas quais o ativo objeto do contrato ficar condicionado à taxa do dólar, preço do ouro, de commodities, títulos públicos, variação cambial e variação de juros.</p>	<p>Artigo 63 Fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, vender quaisquer contratos de opções (direta ou indiretamente), ou ainda firmar contratos de opção em que figure como lançador, com exceção das sociedades que possuam tal atividade em seu objeto social. São definidas como opções de compra (<i>calls</i>) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de comprar o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço; e como opções de venda (<i>puts</i>) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de vender o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço. Para efeitos desse artigo serão considerados contratos de opção aqueles que direta ou indiretamente, de forma expressa ou implícita, proporcionem qualquer vantagem à Companhia em contrapartida a uma volatilidade do mercado, ou seja, quando há risco de oscilação do preço do ativo objeto do contrato. Dentre as quais, mas não se limitando a estas, quaisquer operações nas quais o ativo objeto do contrato ficar condicionado à taxa do dólar, preço do ouro, de commodities, títulos públicos, variação cambial e variação de juros.</p>	
--	--	--

ANEXO V(b)
RELATÓRIO DETALHANDO A ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO
PROPOSTA E ANALISANDO OS SEUS EFEITOS JURÍDICO E ECONÔMICOS
(conforme art. 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

A administração entende que as alterações propostas com relação às modificações do Estatuto Social não acarretarão quaisquer efeitos jurídicos e econômicos relevantes, conforme detalhado no Anexo V(a) acima.

ANEXO VI
CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
(conforme art. 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

ESTATUTO SOCIAL
DA
JBS S.A.

CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60
NIRE 35.300.330.587

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º A JBS S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

Artigo 2º A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, CEP 05118-100.

Parágrafo Único A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria, observado o disposto no artigo 19, inciso XI deste Estatuto Social.

Artigo 3º O ramo de atividade mercantil da Companhia é de (a) escritório administrativo; (b) exploração por conta própria de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização, distribuição e comercialização de produtos alimentícios in natura ou industrializados e de produtos e sub-produtos de origem animal e vegetal e seus derivados (incluindo, sem limitação, bovinos, suínos, ovinos e peixes em geral); (c) processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais, conservas, gorduras, rações, enlatados, importação e exportação dos produtos derivados; (d) industrialização de produtos para animais de estimação, de aditivos nutricionais para ração animal, de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; (e) compra, venda, cria, recria, engorda e abate de bovinos, em estabelecimento próprio e de terceiros; (f) matadouro com abate de bovinos e preparação de carnes para terceiros; (g) indústria, comércio, importação, exportação de sebo bovino, farinha de carne, farinha de osso e rações; (h) compra e venda, distribuição e representação de gêneros alimentícios, uniformes e rouparias com prestação de serviços de confecções em geral; (i) beneficiamento, comercialização atacadista, importação e exportação de couros e peles, chifres, ossos, cascos, crinas, lãs, pelos e cerdas em bruto, penas e

plumas e proteína animal; (j) distribuição e comercialização de bebidas, doces e utensílios para churrasco, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las; (k) industrialização, distribuição e comercialização de produtos saneantes-domissanitários, de higiene; (l) industrialização, distribuição, comercialização importação, exportação, beneficiamento, representação de produtos de perfumaria e artigos de toucador, de produtos de limpeza e de higiene pessoal e doméstica, de produtos cosméticos e de uso pessoal; (m) importação e exportação, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, e “l” do objeto social da Companhia; (n) industrialização, locação e vendas de máquinas e equipamentos em geral e a montagem de painéis elétricos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las, não podendo esta atividade representar mais que 0,5% do faturamento anual da Companhia; (o) comércio de produtos químicos, desde que relacionados às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (p) industrialização, comercialização, importação e exportação de plásticos, produtos de matérias plásticas, sucatas em geral, fertilizantes corretivos, adubos orgânicos e minerais para agricultura, retirada e tratamento biológico de resíduos orgânicos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las; (q) estamperia, fabricação de latas, preparação de bobinas de aço (flandres e cromada) e envernizamento de folhas de aço, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (r) depósito fechado; (s) armazéns gerais, de acordo com Decreto Federal nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, para guarda e conservação de mercadorias perecíveis de terceiros; (t) transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; (u) produção, geração e comercialização de energia elétrica, e cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação com autorização do Poder Público competente; (v) produção, comercialização, importação e exportação de biocombustível, biodiesel e seus derivados; (w) a industrialização, distribuição, comercialização e armazenagem de produtos químicos em geral; (x) produção, comércio de biodiesel a partir de gordura animal, óleo vegetal e subprodutos e bioenergia, importação; (y) comercialização de matérias primas agrícolas em geral; (z) industrialização, distribuição, comercialização e armazenagem de produtos e sub produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, glicerina e sub produtos de origem animal e vegetal; (aa) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (ab) prestação de serviços de análises laboratoriais, testes e análises técnicas; (ac) fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais; (ad) fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis; (ae) comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; (af) fabricação de aditivos de uso industrial; (ag) fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho; (ah) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (ai) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis; (aj) moagem de trigo e fabricação de derivados; (ak) fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente; (al) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio,

importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (am) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (an) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à fabricação e venda de produtos da companhia; (ao) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de vinagres, bebidas em geral, doces e conservas; (ap) prestação de serviços e assistência técnica a agricultores pecuaristas rurais; (aq) participação em outras sociedades no país e exterior, como sócia, acionista ou associada; (ar) produção, geração e comercialização de energia elétrica; e (as) cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação.

Parágrafo Único A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º, bem como participar de outras sociedades, no país ou no exterior.

Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º O capital social é de R\$ 21.561.112.078,68 (vinte e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, cento e doze mil, setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), dividido em 2.963.924.296 (dois bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, novecentas e vinte e quatro mil e duzentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 1.376.634.735 (um bilhão, trezentos e setenta e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, setecentas e trinta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

Parágrafo 2º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias.

Parágrafo 3º Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela

Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

Parágrafo 4º É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Parágrafo 5º A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 7º O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 8º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) ou deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Parágrafo 2º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos

presentes, observado o disposto no artigo 54, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social.

Parágrafo 3º A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo 4º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Parágrafo 6º As atas de Assembleia deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 12 Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- III. reformar o Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos

de ações;

- VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. deliberar a saída do segmento especial de listagem denominado Novo Mercado (“**Novo Mercado**”) da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA (“**BM&FBOVESPA**”), nas hipóteses previstas no Capítulo VII, Seção III, deste Estatuto Social;
- X. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
- XI. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, sendo que a sua posse será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento de Listagem do Novo Mercado**”), da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos,

salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14 A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

Artigo 15 Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo Único Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 16 O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

Parágrafo 2º No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no Parágrafo 3º deste artigo. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo 3º Para os fins deste artigo, o termo “**Conselheiro Independente**” significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador (conforme definido no artigo 43 deste Estatuto Social),

cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou a entidade relacionada ao Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, Parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o elege.

Parágrafo 4º Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo 5º A Assembleia Geral poderá eger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 6º O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo 7º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares, sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Parágrafo 8º Nos casos de vacância do cargo de Conselheiro, o respectivo suplente, se houver, ocupará o seu lugar; não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira assembleia geral.

Artigo 17 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do

órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos, observado o disposto no artigo 11 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.

Parágrafo 3º O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelos demais membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 18 O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por trimestre; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo. As reuniões do Conselho serão realizadas mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

Parágrafo 1º As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo 2º Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.

Artigo 19 Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social;
- III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;
- V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- VII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros;
- VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;
- X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;
- XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o

fechamento de plantas industriais, no país ou no exterior;

- XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;
- XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;
- XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações ordinárias, como previsto no parágrafo 2º do artigo 6º deste Estatuto Social;
- XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;
- XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;
- XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;
- XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

- XX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;
- XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;
- XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;
- XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- XXV. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;
- XXVI. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- XXVII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor (que não o Diretor Presidente), do que se lavrará ata no livro próprio;

- XXVIII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;
- XXIX. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;
- XXX. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para fins de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 54, Parágrafo 1º deste Estatuto Social;
- XXXI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;
- XXXII. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências;
- XXXIII. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e
- XXXIV. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Seção III - Diretoria

Artigo 20 A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor de Administração e Controle, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Executivo de Relações Institucionais e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 3 (três) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição de Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 2º Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Presidente, ou, em se tratando do Diretor de Relações com Investidores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

Parágrafo 3º No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor de Administração e Controle ou, na falta deste, pelos Diretores de Finanças, de Relações com Investidores e Executivo de Relações Institucionais. Não obstante o acima exposto, exceto quando representada pelo Diretor Presidente ou na hipótese do artigo 19, XXVII, a Companhia será representada necessariamente por 2 (dois) diretores conforme o disposto no artigo 32 deste Estatuto Social.

Parágrafo 4º Nos casos de vacância do cargo de qualquer membro da Diretoria, as funções desempenhadas pelo membro substituído serão atribuídas a outro membro da Diretoria escolhido pelos Diretores remanescentes.

Artigo 21 Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de Contabilidade, Tecnologia da Informação, Contas a Receber/Crédito, Contas a Pagar e Administrativo; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 23 Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de Finanças da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de *hedge* pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 24 Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de Relações com Investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 25 Compete ao Diretor Executivo de Relações Institucionais: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas Jurídica, de Marketing Institucional, de Relação com a Imprensa e de Tributos da Companhia; (ii) coordenar, administrar e dirigir as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (iii) coordenar as atividades do Conselho de Administração da Companhia; (iv) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia relativas às áreas mencionadas no item (i) acima; (v) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia; (vi) opinar sobre a contratação de advogados externos; (vii) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (viii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 26 Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 27 A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixados pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- III. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- IV. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;
- V. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do país ou do exterior;
- VI. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e
- VII. convocar a Assembleia Geral, no caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração.

Artigo 28 A Diretoria se reúne validamente com a presença de 2 (dois) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Artigo 29 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.

Artigo 30 As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 31 Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 32 A Companhia será sempre representada, em todos os atos, pela assinatura isolada do Diretor Presidente; e, na sua ausência, pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto ou, na falta destes, pela assinatura de um ou mais procuradores especialmente nomeados para tanto de acordo com o parágrafo 1º abaixo, observado o disposto no artigo 19, XXVII, deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º Todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente individualmente, ou, na falta deste, por 2 (dois) Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

Parágrafo 2º São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 33 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

Artigo 34 O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

Parágrafo 3º A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, sendo que a posse dos membros do Conselho Fiscal será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 5º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 35 O Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

Parágrafo 1º Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 36 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 37 O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 38 Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro

líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no parágrafo 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva para contingências conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento);
- (d) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (e) Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias serão destinados à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 39 Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 40 A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 41 A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 42 Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos,

contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,
CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA,
SAÍDA DO NOVO MERCADO E
PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Seção I - Definições

Artigo 43 Para fins de interpretação deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Acionista Controlador**” significa o acionista ou o grupo de acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“**Acionista Controlador Alienante**” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do Controle da Companhia.

“**Ações de Controle**” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“**Adquirente**” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“**Alienação de Controle da Companhia**” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“**Poder de Controle**” ou “**Controle**” significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos

dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“**Valor Econômico**” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Seção II – Alienação do Controle da Companhia

Artigo 44 A Alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo 1º O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo 2º A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo 3º Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Artigo 45 A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

- I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou
- II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da

Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.

Artigo 46 Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- I. efetivar a oferta pública referida no artigo 44 deste Estatuto Social;
- II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- III. tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 47 Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Artigo 48 Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 49 Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que seus valores mobiliários passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado; ou (ii) a reorganização societária da qual os valores mobiliários

da companhia resultante não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 54 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Artigo 50 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.

Artigo 51 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 49.

Parágrafo 1º A Assembleia referida no *caput* deste artigo deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 52 Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do

Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia, observado o disposto no artigo 123, “b” e “c” da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado dentro do prazo concedido pelo Regulamento do Novo Mercado ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.

Artigo 53 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 54 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* deste artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo 3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato de administração, os administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado, observado o disposto no artigo 51 parágrafos 1º e 2º deste Estatuto Social.

Parágrafo 4º Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(eis) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s)

na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 54 O laudo de avaliação das ofertas públicas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou seu(s) Acionista(s) Controlador(es), devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º.

Parágrafo 1º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A assembleia prevista neste parágrafo 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.

Seção IV - Proteção da Dispersão da Base Acionária

Artigo 55 Qualquer Comprador (conforme definido no parágrafo 11 deste artigo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo. O Comprador deverá solicitar o registro da referida oferta no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 1º A oferta pública de aquisição de ações deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo; e (iv) paga à

vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do Valor Econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço de emissão de ações verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo; (iii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta, ponderada pelo volume de negociação na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo Comprador, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação na Companhia na oferta que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da oferta prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 3º A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º O Comprador estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5º Na hipótese do Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos: (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Comprador não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Comprador que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo 6º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de

ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.

Parágrafo 7º Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo 8º A Assembleia Geral poderá dispensar o Comprador da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo, caso seja do interesse da Companhia.

Parágrafo 9º Os acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem assembleia especial de acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da aquisição, cujo laudo de avaliação deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no artigo 54, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nos termos deste Capítulo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Comprador.

Parágrafo 10 Caso a assembleia especial referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma assembleia especial.

Parágrafo 11 Para fins de interpretação deste artigo, os termos abaixo iniciados em letras

maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Comprador**” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

Seção V - Disposições Comuns

Artigo 56 É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Parágrafo Único As disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 57 Os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Capítulo VII deste Estatuto, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista ou terceiro. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL

Artigo 58 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no

Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo 1º Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Parágrafo 2º A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma prevista no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 59 A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 60 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 61 A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Artigo 62 A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas e a terceiros, em sua sede, os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de

ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 63 Fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, vender quaisquer contratos de opções (direta ou indiretamente), ou ainda firmar contratos de opção em que figure como lançador, com exceção das sociedades que possuam tal atividade em seu objeto social. São definidas como opções de compra (*calls*) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de comprar o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço; e como opções de venda (*puts*) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de vender o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço. Para efeitos desse artigo serão considerados contratos de opção aqueles que direta ou indiretamente, de forma expressa ou implícita, proporcionem qualquer vantagem à Companhia em contrapartida a uma volatilidade do mercado, ou seja, quando há risco de oscilação do preço do ativo objeto do contrato. Dentre as quais, mas não se limitando a estas, quaisquer operações nas quais o ativo objeto do contrato ficar condicionado à taxa do dólar, preço do ouro, de commodities, títulos públicos, variação cambial e variação de juros.

* * *